



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES
MESTRADO PROFISSIONAL

FRANCISCO DE ASSIS DA MACENA JÚNIOR

**FORMAÇÃO OMNILATERAL NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOCELYN
VELLOSO BORGES: SABERES E PRÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS**

CAMPINA GRANDE-PB

2023

FRANCISCO DE ASSIS DA MACENA JÚNIOR

**FORMAÇÃO OMNILATERAL NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOCELYN
VELLOSO BORGES: SABERES E PRÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Formação de Professores.

Linha de Pesquisa 2: Ciências, Tecnologias e Formação Docente

Orientadora: Prof.a Dr^a. Josandra Araújo Barreto de Melo

CAMPINA GRANDE – PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M141f Macena Júnior, Francisco de Assis da.
Formação omnilateral na Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges [manuscrito] : saberes e práticas de Direitos Humanos / Francisco de Assis da Macena Júnior. - 2023.
107 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo, Departamento de Geografia - CEDUC. "
1. Formação integral. 2. Educação em Direitos Humanos.
3. Educação pública. I. Título

21. ed. CDD 370.112

FRANCISCO DE ASSIS DA MACENA JÚNIOR

**FORMAÇÃO OMNILATERAL NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOCELYN
VELLOSO BORGES: SABERES E PRÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Formação de Professores.

Aprovada em: 27/06/2023.

BANCA EXAMINADORA



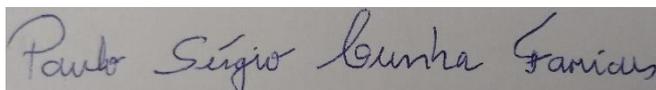
Prof.^a. Dr.^a Josandra Araújo Barreto de Melo (Orientadora)

PPGFP-UEPB



Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno (Examinador interno)

PPGFP-UEPB



Prof. Dr. Paulo Sérgio da Cunha Farias (Examinadora externa)

PROFGEO-UFCG

RESUMO

O interesse pela presente pesquisa surgiu a partir da constatação de que o modelo de escola integral vem crescendo consideravelmente na conjuntura da educação pública brasileira, carregando consigo alguns princípios como a proposta de formação em tempo integral, juntamente com seus alinhamentos com os ideais neoliberais. Diante do exposto, pretende-se através de um estudo de caso, analisar as propostas político-pedagógicas e metodológicas da Escola cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges e suas relações com a educação em direitos humanos, visando à formação omnilateral do cidadão e tendo como produto final um guia didático/guia de aprendizagem. Como objetivos específicos, buscou-se discutir sobre a Escola Cidadã Integral e suas relações com a educação em direitos humanos; Identificar as principais dificuldades político-pedagógicas e metodológicas enfrentadas pela ECI Jocelyn Velloso Borges, no que diz respeito às relações existentes entre ela e a educação em direitos humanos para a formação omnilateral do cidadão; propor procedimentos metodológicos e ações interdisciplinares que visem à formação omnilateral do cidadão, através da educação em direitos humanos e produzir um guia didático para auxílio da comunidade escolar em suas práticas pedagógicas, visando à formação integral do cidadão, através da educação em direitos humanos. Logo, como essa instituição associada à educação em direitos humanos, pode contribuir para a formação omnilateral do cidadão? Para fundamentá-la teoricamente, foram usados textos de estudiosos como: Harvey, (2007, 2016); MESHULAM e APPLE (2020); FREIRE (1996); MORIN (2011), entre outros. Dessa forma, para se chegar aos resultados, a pesquisa está ancorada em um caráter qualitativo, sendo um estudo de cunho bibliográfico e baseada na análise documental e observação (*in loco*), tendo como método o dialético, na perspectiva do materialismo histórico, haja vista proporcionar o confronto entre a educação que temos e a que se faz necessária para a omnilateralidade na formação do cidadão. Através da discussão sobre a temática proposta, inúmeras ideias e práticas surgiram, como arcabouço para novas relações no interior da escola. Entre os resultados pode-se comprovar a importância da educação em direitos humanos para uma formação omnilateral na instituição proposta, as principais dificuldades encontradas no interior dela e que influenciam diretamente nessa formação, o grau de satisfação da comunidade com as ações desenvolvidas pela escola e o que pode ser feito para melhorar as dificuldades encontradas. Em suma, todas as atividades desenvolvidas na instituição foram registradas no guia didático/guia de aprendizagem.

Palavras-chave: Escola Cidadã Integral; Direitos Humanos; Formação Omnilateral.

ABSTRACT

The interest in this research arose from the observation that the full-time school model has been growing considerably in the context of Brazilian public education, carrying with it some principles such as the proposal of full-time training, along with its alignments with neoliberal ideals. In view of the above, it is intended, through a case study, to analyze the political-pedagogical and methodological proposals of the Integral Citizen School Jocelyn Velloso Borges and its relations with human rights education, aiming at the omnilateral formation of the citizen and having as a final product a didactic guide/learning guide. As specific objectives, we sought to discuss about the Integral Citizen School and its relations with human rights education; Identify the main political-pedagogical and methodological difficulties faced by ECI Jocelyn Velloso Borges, with regard to the existing relationships between it and education in human rights for the omnilateral formation of the citizen; propose methodological procedures and interdisciplinary actions aimed at the omnilateral formation of the citizen, through education in human rights and produce a didactic guide to help the school community in its pedagogical practices, aiming at the integral formation of the citizen, through education in human rights. Therefore, how can this institution, associated with education in human rights, contribute to the omnilateral formation of the citizen? To support it theoretically, texts by scholars such as: Harvey, (2007, 2016); MESHULAM and APPLE (2020); FREIRE (1996); MORIN (2011), among others. Thus, in order to arrive at the results, the research is based on a qualitative character, being a bibliographical study and based on documental analysis and observation (in loco), using the dialectical method as a method, from the perspective of historical materialism, considering provide a confrontation between the education we have and that which is necessary for omnilaterality in the formation of citizens. Through the discussion on the proposed theme, numerous ideas and practices emerged, as a framework for new relationships within the school. Among the results, it is possible to prove the importance of education in human rights for omnilateral training in the proposed institution, the main difficulties found within it and that directly influence this training, the degree of community satisfaction with the actions developed by the school and the what can be done to improve the difficulties encountered. In short, all activities carried out at the institution were recorded in the didactic guide/learning guide.

Keywords: Integral Citizen School; Human rights; Omnilateral Training.

Tenho a audácia de acreditar que os povos em todos os lugares podem fazer três refeições por dia para seus corpos, ter educação e cultura para suas mentes e dignidade, igualdade e liberdade para seus espíritos.

Martin Luther King Jr.

AGRADECIMENTOS

Agradecer faz parte de uma das grandes oportunidades que cada um de nós temos para refletir sobre as maravilhas que se concretizaram em nossas vidas. E, ao mesmo tempo, relembrar as pessoas especiais que participaram e participam dos diversos momentos, sejam eles bons ou ruins, que compõem nossas vidas.

Gratidão a Deus, Ele é supremo e onipotente, sempre me auxiliou e guiou todos os meus passos. Seus direcionamentos sempre nos indicam o melhor caminho, por isso, sou muito grato.

Agradeço aos meus pais Maria da Salete da Macena e Francisco de Assis da Macena (*in memoriam*), que nunca mediram esforços em investir nos meus estudos, mesmo nos dias mais difíceis, sempre tiveram amor e motivação para continuar.

À minha esposa Gilianne, que procurou ajudar em todos os momentos, aconselhando, orientando e investindo um pouco do seu tempo em mim. Aos meus filhos Gislai, Gabriele e Jaaziel, que também me motivam diariamente a continuar. Amo vocês!

Obrigado aos irmãos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Itabaiana-PB, que sempre me ajudaram em orações, contribuindo para o meu avanço como pessoa, como cidadão. Meus sinceros agradecimentos!

Não posso deixar de lembrar dos meus professores, em todo o meu percurso escolar, desde o ensino infantil até a pós-graduação. Cada um deles investindo seu precioso tempo e seu trabalho, deixando sua grande contribuição para minha formação.

A escola Jocelyn Velloso Borges (colegas professores, alunos, pais de alunos, coordenação pedagógica, gestão e demais que formam a instituição), que me acolheu da melhor forma possível, me dando oportunidades e ajudando em todas as necessidades que se apresentaram no percurso da pesquisa. Vocês são maravilhosos!

A minha querida orientadora, a professora Josandra Araújo Barreto de Melo, que sempre se dedicou em prol do meu crescimento como pessoa, ela é uma fomentadora de sonhos, formadora de opiniões e expressa alegria em ser professora. Sou agradecido pelos ensinamentos deixados por você, desde a graduação e, agora, na pós-graduação. Muito Obrigado!

Sendo assim, as marcas daqueles que sempre estiveram ao nosso lado, estão gravadas em nosso coração, gerando continuamente alegria e outros sentimentos que trazem emoções agradáveis. Tê-los comigo é muito bom!! OBRIGADO!!

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Governos federais e alinhamento às políticas neoliberais	44
Quadro 2: Alguns marcos mundiais dos direitos humanos.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Proporção de matrículas em escolas de tempo integral na Paraíba.....	36
GRÁFICO 2: Respostas dos alunos em relação a vivência e a prática dos temas ligados aos direitos humanos na ECI Jocelyn Velloso Borges.....	72
GRÁFICOS 3 E 4: respostas dos professores e dos gestores em relação a vivência e a prática dos temas ligados aos direitos humanos na ECI Jocelyn Velloso Borges.....	72
GRÁFICO 5 – Nível de satisfação com as ações relacionadas aos direitos humanos desenvolvidas pela ECI Jocelyn Velloso Borges.....	74
GRÁFICO 6 - Grau de relevância da educação em direitos humanos para uma formação omnilateral.....	76

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Imagem de Satélite do município de São José dos Ramos.....	21
IMAGEM 2: Fachada da Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges.....	22

LISTA DE MAPAS E ESQUEMAS

ESQUEMA 1: A geometria usada para exemplificar a omnilateralidade.....	59
MAPA 1: Mapa do Brasil com destaque para o estado da Paraíba e para o município de São Jose dos Ramos.....	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aumento no número de escolas em tempo integral na Paraíba.....	35
Tabela 2 – Participação de organizações privadas na implementação da Reforma do Ensino Médio.....	48
Tabela 3: Propostas para melhoria das questões ligadas aos direitos humanos na ECI Jocelyn Velloso Borges.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2. MATERIAL E MÉTODO.....	20
2.1 Localização e caracterização do espaço de pesquisa e do público-alvo	20
2.2 Tipo de pesquisa e método.....	23
2.3 Técnicas de pesquisa.....	23
2.3.1 Pesquisa bibliográfica	23
2.3.2. Análise documental no contexto escolar.....	24
2.3.3. Questionários aplicados e tratamento de resultados.....	25
2.4. Produto educacional – Guia didático.....	26
3. ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: CONCEITOS, ORIGENS E MUDANÇAS CAUSADAS PELOS IDEAIS NEOLIBERAIS	28
4 – O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	39
5. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL DO CIDADÃO.....	51
5.1 Os direitos humanos e suas influências sociais.....	51
5.2 A relação entre educação em direitos humanos e a busca por uma formação omnilateral.....	57
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
6.1 Repercussões da Reforma do Ensino Médio e da BNCC sobre o currículo e cotidiano da Escola Jocelyn Velloso Borges.....	65

6.2	As propostas político-pedagógicas e metodológicas da Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges e suas relações com a educação em direitos humanos.....	70
6.3	Proposta de políticas públicas educacionais, procedimentos metodológicos e ações interdisciplinares que visem à formação omnilateral do cidadão.....	74
	7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICES	87
	ANEXOS	104

1 INTRODUÇÃO

A relação entre Escola Cidadã Integral e a educação para os direitos humanos é primordial na vida de um cidadão, pois faz com que as pessoas mudem de atitude, refletindo e discutindo sobre sua realidade. Nesse contexto, a escola tem um papel importantíssimo na tentativa de mudança para uma sociedade mais justa, só assim o respeito mútuo, a democracia e a empatia trarão uma melhor qualidade de vida e serão evidenciados e vivenciados com maior intensidade.

O modelo de escola cidadã integral vem despontando como uma proposta que está sendo implantada por todo o Brasil, revelando-se através de orientações que defendem maior tempo de permanência do aluno na escola, um acompanhamento individual do estudante e dedicação exclusiva do professor, asseverada como política oficial do governo federal, muitas vezes, servindo como propagadora dos ideais neoliberais.

Esse modelo na Paraíba, foi influenciado pela implantação no estado vizinho de Pernambuco, onde a escola Ginásio Pernambucano que, no início dos anos 2000, passava por uma situação muito desagradável (precariedade do prédio, falta de credibilidade pela comunidade). Logo, após a visita de ex-alunos, que ao observarem a situação sentiram-se penalizados com o total descaso com o patrimônio público, buscaram recursos com a iniciativa privada (ABN AMRO BANK, CHESF, PHILIPS, entre outros), ou seja, empresas privadas passaram a investir em instituições que são públicas, trazendo aspectos mais ligados aos ideais neoliberais no então “Novo Ginásio Pernambucano”, também conhecida como Escola da Escolha. Essa denominação remete a proposta de ‘projeto de vida’ onde o aluno “reflete sobre seus sonhos e busca alcançar os seus projetos através das suas supostas escolhas”.

Na Paraíba, a lei 11.100, de 6 de abril de 2018 (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2018) criou o Programa Escola Cidadã integral, propondo “ações inovadoras”, protagonismo juvenil e a formação de cidadãos solidários, socialmente ativos e competentes, o que deveria estar atrelado diretamente a uma formação pautada no respeito aos direitos fundamentais, que devem ser trabalhados cotidianamente na escola, de forma integrada, interdisciplinar, contínua e levando em consideração a realidade de cada região.

Por sua vez, a Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges integra o conjunto das escolas integrais do Estado da Paraíba. Encontra-se localizada no município de São José dos Ramos-PB, possui uma população de 5.891 habitantes, uma área territorial de 100,642 km² (IBGE 2022) e Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) de 0,541 (IDEME

2013). Está situada a uma distância de 75 km da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

Essa instituição teve sua fundação no ano de 1979, por meio do decreto 4076/79, iniciando as suas atividades no segundo semestre do mesmo ano. Por se apresentar como uma escola pública, a única em tempo integral e situada no centro da cidade, ganhou grande importância entre a população residente na zona urbana e também na zona rural do município. Atualmente, oferta o ensino médio no modelo integral e EJA no período noturno, totalizando 284 alunos matriculados. A maioria desses estudantes é oriunda de famílias de baixa renda, muitos deles sobrevivem do auxílio de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família e são filhos de agricultores, pequenos comerciantes, funcionários públicos ou de famílias, onde todos os integrantes estão desempregados.

Levando em consideração essa realidade, vê-se necessário uma formação mais completa, que englobe todas as áreas que formam o ser humano (formação omnilateral) e que esteja sempre pautada nos direitos humanos. A escola como uma das instituições sociais que é promotora desses direitos, conduz pedagogicamente todo esse percurso, visando a formação de cidadão críticos, responsáveis e atuantes.

Segundo Veiga (2010, p.81), “o desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão de instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas”. Levando em consideração o que foi discutido anteriormente, nasce à problemática: Como a Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges, associada à educação em direitos humanos, pode contribuir para a formação omnilateral do cidadão?

A referida pesquisa é um estudo de caso e tem caráter quali-quantitativo, já que fez uso das técnicas qualitativas, como a pesquisa bibliográfica, análise documental e análise das questões subjetivas dos questionários. Mas também utilizou a quantificação, para fins de contabilização das respostas dos questionários, aplicados junto aos três segmentos de agentes investigados: alunos, professores e gestores. Ainda mais, compreendemos que o método mais propício é o dialético, na perspectiva do materialismo histórico.

Logo, os objetivos geral e específicos propostos na pesquisa são: analisar as propostas político-pedagógicas e metodológicas da Escola cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges e suas relações com a educação em direitos humanos, visando à formação omnilateral do cidadão e tendo como produto final um guia didático/guia de aprendizagem; discutir sobre a Escola Cidadã Integral e suas relações com a educação em direitos humanos; identificar as principais dificuldades político-pedagógicas e metodológicas enfrentadas pela ECI Jocelyn Velloso

Borges, no que diz respeito às relações existentes entre ela e a educação em direitos humanos para a formação omnilateral do cidadão; propor procedimentos metodológicos e ações interdisciplinares que visem à formação omnilateral do cidadão através da educação em direitos humanos; produzir um guia didático/guia de aprendizagem para auxílio da comunidade escolar em suas práticas pedagógicas, visando à formação integral do cidadão, através da educação em direitos humanos.

A pesquisa em pauta se mostra útil no campo acadêmico, científico, socioeconômico e cultural, isso porque uma população com melhores níveis educacionais e com suas diversas habilidades sendo trabalhadas a partir da educação em direitos humanos, integra-se com maior facilidade as discussões e as ações voltadas para o desenvolvimento coletivo.

É importante destacar que a mesma traz subsídios para outros estudos relacionados à temática abordada, que busquem discutir questões ligadas a esse novo modelo de educação na Paraíba. Além disso, os governantes necessitam de estudos e apontamentos sobre essas áreas, para que haja investimentos em políticas públicas de forma efetiva e direta, em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, visto que a educação enfrenta sérios problemas no Brasil, o que gera ou aprofunda as desigualdades.

Ademais, a presente pesquisa também busca trazer novas perspectivas para o modelo de Escola Cidadã Integral, uma nova ótica sobre o ensino dos direitos humanos no interior dessas instituições. Sempre conduzindo o indivíduo a uma reflexão didático-político-pedagógica sobre a urgência de melhorias, proporcionando mecanismos que auxiliem no seu crescimento como cidadão, levando-o a formulação de procedimentos metodológicos e ações interdisciplinares, através de um produto final (guia didático/guia de aprendizagem), para auxílio dos profissionais da educação professores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as), gestores em suas práticas pedagógicas e visando à formação omnilateral, através da educação em direitos humanos.

Dessa forma, vemos que educação é um requisito fundamental para a análise da qualidade de vida de um povo, e que políticas educativas, procedimentos metodológicos e ações interdisciplinares bem direcionadas à realidade focada, confluem para a formação do cidadão em seus vários aspectos (físico, intelectual, cognitivo, afetivo, entre outros). Portanto, a ECI Jocelyn Velloso Borges apresenta uma grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do município de São José dos Ramos e cidades circunvizinhas, pois há mais de quarenta anos coopera com a educação na região.

Vivenciar as questões dos direitos humanos tem sido algo muito difícil, tanto dentro quanto fora das escolas. As tensões sociais são, a cada dia, mais fortes, aumento dos conflitos,

guerras, desrespeitos, bullying, maus tratos contra seres humanos, animais e contra o próprio meio ambiente. Todas essas ações necessitam ser repensadas e discutidas no interior da escola, para uma nova tomada de decisões, por parte de cada indivíduo e também dos governantes.

Para que todas essas ações sejam concretas na vida de cada ser humano, é necessária uma formação holística, onde todas as suas faces sejam trabalhadas de forma didaticamente organizadas, através também da escola. A partir daí, é nítida a importância que essa instituição associada aos demais poderes públicos e agentes sociais tem para a transformação socioeconômica, política e cultural do país.

No campo da educação, ele é uma grande ferramenta para todos os educadores que desejem inserir em seu cotidiano, em sua sala de aula a educação em direitos humanos, visando uma formação omnilateral, educação integral do ser humano, isso independentemente do nível escolar, levando-o a exercer sua cidadania com responsabilidade, empenho e respeito.

Tudo isso associado a um projeto interdisciplinar de educação integral, trará incontáveis benefícios para a sociedade brasileira, para a formação de um cidadão que seja empático e participativo em todas as esferas e em todos os níveis educacionais, desde a pré-escola até a pós-graduação.

O referido trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo a primeira parte aquele que apresenta os MATERIAIS E MÉTODOS que foram usados e direcionaram toda a pesquisa; a segunda intitulada - ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: CONCEITOS, ORIGENS E MUDANÇAS CAUSADAS PELOS IDEIAS NEOLIBERAIS - que mostra o percurso de implantação da escola cidadã e integral no Brasil e na Paraíba e as mudanças causadas nelas pelas ideias neoliberais; a terceira - O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL - traz uma discussão sobre o que é o neoliberalismo e suas influências sobre o sistema educacional brasileiro, apresentando seus propósitos, financiadores e apoiadores; a quarta - A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL DO CIDADÃO - nos mostra o que são os direitos humanos e o conceito de omnilateralidade e suas influências para a formação de uma cidadão participativo, integral e que se distancie da visão de unilateralidade; e por fim, temos os RESULTADOS E AS DISCUSSÕES, onde a participação da comunidade escolar é apresentada através dos dados e das falas de alguns dos agentes, e também da apresentação do guia didático e de todas as propostas e ações pedagógicas desenvolvidas no interior da escola.

Ainda mais, como resultados, pode-se detectar que a comunidade escolar, em sua maioria, considera a ECI Jocelyn Velloso Borges com uma instituição que vivencia em seu cotidiano temas voltados para direitos humanos, que uma das principais dificuldades

encontradas para a não propagação de uma educação fundamentada nesses valores, é a dificuldade de entrosamento e participação, principalmente por partes dos alunos. Também ao analisar o que pode ser feito para melhorar as questões ligadas a temática na escola, conseguiu-se observar que há uma necessidade de maior participação dos alunos nas ações, de uma frequência maior da oferta de cursos de formação e de palestras voltadas para o tema direitos humanos. E quando se fala em grau de satisfação com as ações desenvolvidas pela escola e de grau de importância dessa educação para a formação humana, a maior parte da comunidade, se sente satisfeita ou muito satisfeita e reconhece a grande importância dessa educação para uma formação omnilateral.

Todos esses dados foram colhidos através de Questionários aplicados “*in loco*” a um grupo proposto de 33 pessoas, sendo eles: Gestora e coordenador pedagógico (2), onze (11) professores das diversas áreas do conhecimento e de todos os componentes curriculares e 20 (vinte) alunos, sendo escolhidos de forma aleatória, e tendo uma média de participação de 20% de alunos/turma - (três alunos(as) da 1ª série A; quatro alunos(as) da 1ª série B; três alunos(as) da 2ª série A; três alunos(as) da 2ª série B; quatro alunos(as) da 3ª série A; três alunos(as) da 3ª série B).

Em suma, a formação educacional do cidadão continua sendo o maior tesouro adquirido por alguém, milhões de dólares não são suficientes para pagar a sabedoria adquirida para o auxílio e a ajuda de outrem. Crescer no conhecimento é algo admirável e louvável, toda a sociedade deve influenciar seus atores a essa busca incessante na luta contra hegemônica.

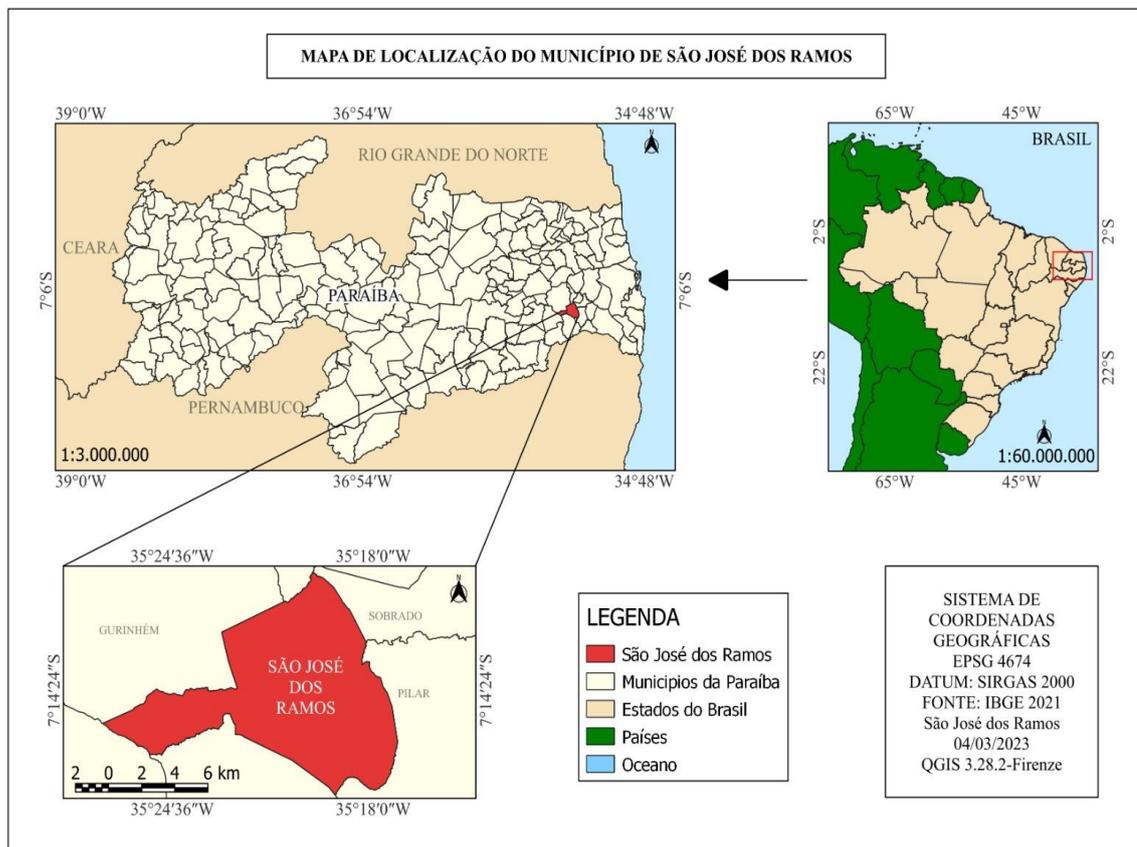
2. MATERIAL E MÉTODO

2.1 - Localização e caracterização do espaço de pesquisa e do público-alvo

A Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges teve a sua fundação em 1979, por meio do Decreto Lei 4076/79, todavia a construção de suas instalações data do ano de 1985, vindo a ser inaugurada no ano de 1986, atendendo os Ensinos Primário e Ginásial de 1^a a 8^a séries, o que veio a ocorrer apenas no ano de 1987.

Essa instituição está localizada no município de São José dos Ramos, que faz parte da região Nordeste do Brasil, mais especificamente no estado da Paraíba. Ela possui uma população de 5.891 habitantes, uma área territorial de 100,642 km² (IBGE 2022) e Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) de 0,541 (IDEME 2013). Está situado a uma distância média de 75 km da cidade de João Pessoa, capital do estado. Logo abaixo, vemos o mapa 1 que apresenta o Brasil com destaque para o estado da Paraíba e para o município de São José dos Ramos e também a imagem 2 que o apresenta visto de cima (imagem de satélite).

Mapa 1: Mapa do Brasil com destaque para o estado da Paraíba e para o município de São José dos Ramos.



Fonte: IBGE 2021

Imagem 1: imagem de Satélite do município de São José dos Ramos



Fonte: Google Earth

Por ser uma escola pública, a única com modelo integral e situada no centro da cidade, ganhou grande importância entre a população residente na zona urbana e também na zona rural do município de São José dos Ramos. Atualmente, oferece o ensino médio em tempo integral e EJA no período noturno, totalizando 284 alunos matriculados, sendo 139 alunos do período integral e 145 do período noturno.

No período integral, a escola possui 6 turmas de ensino médio, que representa as turmas consultadas na pesquisa e estão subdivididas em 1ª série A e B; 2ª série A e B; 3ª série A e B. Além disso, 80% desses alunos são oriundos da zona rural do município, com faixa etária entre 15 e 25 anos. A imagem 2 apresenta a fachada do prédio da escola.

Imagem 2: Fachada da Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges.



Fonte: Arquivo do autor (2023)

A equipe escolar é composta por gestora escolar, coordenador pedagógico, coordenadora administrativo-financeiro (formam o trio gestor – nomenclatura usada na ECI's da Paraíba), uma secretária escolar, seis docentes efetivos, 15 docentes contratados em caráter temporário, oito funcionários de apoio (os quais em período integral e/ou noturno, realizam atividades nas esferas de segurança, higiene de ambientes, secretaria, alimentação, biblioteca e portaria).

No que diz respeito a infraestrutura da instituição, consta como ambientes ativos e funcionais: uma quadra poliesportiva, uma cantina, sala para a diretoria, uma secretaria, uma biblioteca, um laboratório de ciências, seis salas de aula, uma sala de professores, um refeitório, seis banheiros (masculino e feminino para os educandos), um banheiro para pessoa com deficiência, dois banheiros (masculino e feminino para os docentes), ressaltando que alguns dos ambientes se encontram com problemas em sua infraestrutura.

Em resumo, a maioria dos estudantes que estão inseridos na ECI Jocelyn Velloso Borges, advém de famílias de baixa renda, muitos deles sobrevivem do auxílio de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família ou são filhos de agricultores, pequenos comerciantes, funcionários públicos e/ou também de famílias onde todos os integrantes estão desempregados. Os alunos que residem na zona rural dependem do transporte escolar para deslocamento até a escola.

2.2 Tipo de pesquisa e método

A referida pesquisa é um estudo de caso e tem caráter quali-quantitativo, já que fez uso das técnicas qualitativas, como a pesquisa bibliográfica, análise documental e análise das questões subjetivas dos questionários. Mas também utilizou a quantificação, para fins de contabilização das respostas dos questionários, aplicados junto aos três segmentos de agentes investigados: alunos, professores e gestores, sendo melhor especificados nas técnicas de pesquisa implementadas.

Quanto ao método de análise, entende-se que vivenciar essa realidade exposta e buscar explicações plausíveis para os fenômenos que surgem, remete à compreensão da influência do capital e da busca incessante do lucro, em detrimento de uma formação humana e com valores éticos e cidadãos. Dessa forma, compreendemos que o método mais propício é o dialético, na perspectiva do materialismo histórico. Em relação a esse método vemos:

Esta tendência vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico. Para esses pensadores, o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder. Daí priorizarem a práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana. (SEVERINO, 2014, p.101)

Logo, a práxis educativa, ou seja, a teoria e a prática andam juntas e interferem diretamente na pesquisa, isso porque todos os agentes sociais estão indubitavelmente relacionados e suas atuações estão contidas em um tempo histórico, em uma totalidade social, o que gera consequências para todo o corpo social. Sendo assim, essas são características nítidas do materialismo histórico dialético, e este foi o método que entendemos dar conta da complexidade do que envolve a educação integral neste país e na escola em análise.

2.3 Técnicas de pesquisa

1.3.1 Pesquisa bibliográfica

O encaminhamento metodológico adotado apoia-se, inicialmente, na realização de pesquisa bibliográfica, por conferir-lhe respaldo teórico e conceitual para o aprofundamento

no estudo da temática escolhida. Sendo assim, todas as leituras foram fichadas, auxiliando o entendimento dos diversos textos e a separação de citações e ideias centrais, além de opiniões do leitor. Logo após essa etapa, foi iniciado a escrita do referencial teórico. Para Cellard (2008, p. 305):

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade de informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. (CELLARD, 2008, p. 305).

Ao observarmos o exposto citado, podemos ver a importância de um bom percurso metodológico para que a pesquisa tenha êxito, o que faz do pesquisador uma peça relevante nesse processo, onde inúmeros documentos, textos e outras informações são analisadas, comparadas e ponderadas, para que outras sujam e se encorpem as novas discussões.

2.3.2. Análise documental no contexto escolar

Nesse percurso, foram analisados de forma minuciosa alguns documentos que são vitais na instituição, entre eles podemos citar: Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno Escolar, Plano de Ação da Escola e também os Guias de Aprendizagem (ver anexo 1) e Programas de Ação de alguns professores (ver anexo 2), com o intuito de observar a relação da escola com os direitos humanos expostos nesses documentos. Segundo Cellard (2008, p. 295) “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. Logo, eles contribuem imensamente nessa compreensão da realidade exposta na pesquisa, auxiliando na organização das ideias e reflexão para novos direcionamentos.

Todos esses documentos foram observados de forma individual e analisados por partes, levando em consideração os fragmentos que expunham colocações relacionadas aos direitos humanos e suas aplicações no interior da escola. Logo após, foi feita uma comparação entre os diversos excertos, o que levou a uma observação mais aprofundada sobre a temática dos direitos humanos para uma formação omnilateral e sobre o verdadeiro direcionamento das propostas da instituição, incluindo a sua aplicação no dia a dia.

Por fim, pudemos observar que os inúmeros documentos analisados partem dos mais gerais (PPP, Regimento Interno, e Plano de Ação) até os mais específicos e ligados aos

componentes curriculares e aos professores (Programa de ação e guia de aprendizagem) e que possuem ligações fortes entre si.

2.3.3. Questionários aplicados e tratamento dos resultados

Em seguida, foram produzidos questionários (ver apêndice 1), que continham perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa e aplicados “*in loco*” a um grupo proposto, que seria de 34 pessoas, sendo eles: trio gestor (3), onze (11) professores das diversas áreas e 20 (vinte) alunos, sendo os alunos escolhidos de forma aleatória, tendo uma média de participação de 20% de alunos/turma.

Dentre eles, apenas 33 pessoas responderam, foram: a gestora e o coordenador pedagógico (dois); onze (11) professores(as) que são representados por todas as áreas do conhecimento e por todos os componentes curriculares e (20) vinte alunos(as) - (três alunos(as) da 1ª série A; quatro alunos(as) da 1ª série B; três alunos(as) da 2ª série A; três alunos(as) da 2ª série B; quatro alunos(as) da 3ª série A; três alunos(as) da 3ª série B).

Todos esses elementos citados anteriormente contribuem para uma maior veracidade da pesquisa e estão associados diretamente aos procedimentos metodológicos, que, no referido estudo, foram: levantar as referências bibliográficas e documentais que tratam do assunto, analisar todo o material coletado, refletir sobre os temas expostos, relacionando-os à realidade vivenciada, sempre observando o trabalho desenvolvido no interior da escola (*in loco*), e também produzir fichamentos, resumos e anotações para orientar o desenvolvimento do trabalho.

Quanto ao questionário, é composto por seis perguntas, sendo três delas subjetivas e três objetivas, sempre com espaço para comentários. Cada pergunta tem um eixo norteador, um roteiro, garantindo que nenhuma delas deixem de abordar a temática estudada. Os dados de observação são anotados, levando em consideração o perfil dos participantes e os apontamentos que aparecem durante o processo.

As questões subjetivas, foram organizadas de forma a elucidarem sobre a temática pesquisada, já as questões objetivas foram tabuladas e organizadas, de tal forma, que reflitam as verdadeiras intensões dos participantes.

Não poderíamos afirmar categoricamente que os instrumentos que se usam para realizar a Coleta de Dados são diferentes na pesquisa qualitativa daqueles que são empregados na investigação quantitativa. Verdadeiramente, os questionários, entrevistas etc. são meios "neutros" que

adquirem vida definida quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria. (TRIVIÑOS, 1987, p. 137)

Após a conclusão dos questionários, as respostas foram divididas em categorias, assim representadas: alunos por série (1ª A; 1ª B; 2ª A; 2ª B; 3ª A; 3ª B); professores e equipe gestora. Nesse ínterim, cada questão foi analisada por turma e colocadas em um caderno juntas, para que pudéssemos ter uma visão geral por turma.

Em seguida, foi feito um levantamento juntando as duas primeiras séries, as duas segundas séries e as duas terceiras séries, trazendo uma visão global por série. Em cada uma delas, os dados foram organizados e tabulados, produzindo após esse momento uma análise por questão, com um texto que expunha as conclusões, elucidando o que está implícito na fala dos participantes da pesquisa, buscando a compreensão das falas dos agentes.

Em relação as questões de múltipla escolha, todos os dados foram tabulados, distribuídos por colocação e com análise escrita, no final de cada uma delas, com as conclusões do pesquisador. Todas elas foram matematicamente analisadas, com organização das porcentagens e *ranking* das respostas.

Posteriormente, foi observado e comparado cada um dos grupos com os demais e tiradas as conclusões em pequenos relatórios comparativos, expondo as semelhanças, as diferenças e as particularidades de cada um deles. Alguns dos depoimentos, quando se fizeram necessários, foram transcritos de forma literal e sem modificações no corpo do trabalho, para auxiliar o desenvolvimento dos resultados.

Quanto aos dados dos questionários aplicados, eles foram submetidos a estatística descritiva, de forma a subsidiar o desenvolvimento de gráficos e tabelas, buscando elucidar a ideia apresentada. Para TRIVIÑOS (1987) “Usaremos indistintamente "dados" e "materiais" para referir-nos a todo tipo de informações que o pesquisador reúne e analisa para estudar determinado fenômeno social”.

3.4 Produto educacional – Guia didático

Como produto educacional oriundo desta pesquisa, temos um guia didático, que vai ao encontro das políticas públicas de promoção aos direitos humanos, trazendo propostas práticas, didáticas e interdisciplinares, além de procedimentos metodológicos e ações que podem ser usadas nas Escolas Cidadãs Integrais, ou em qualquer outra escola

independentemente do nível econômico da comunidade, da sua localização ou do modelo implantado na instituição. Através dessa visão, podemos considerar que a educação em direitos humanos deve ser trabalhada desde o início da vida escolar e se estender até os mais altos níveis de escolarização, refletindo a formação omnilateral do cidadão.

O guia didático se apresenta como um caderno de instruções e orientações onde são apresentadas propostas metodológicas usadas na instituição pesquisada, buscando aplicar os conhecimentos ligados aos direitos humanos para uma formação omnilateral.

Dessa forma, a proposta é dividida em três partes: (NÓS NA PRÁTICA) – PROTAGONISMO JUVENIL – onde as ações desenvolvidas pelos alunos são expostas; GESTÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM FOCO - propostas de atividades que que podem ser desenvolvidas pela coordenação pedagógica/gestão escolar; e O PROFESSOR E SUAS ARTES – que são ações e atividades produzidas pelo professor e usadas em sala de aula. Em cada uma delas será apresentado o passo a passo das atividades desenvolvidas no interior da escola, buscando alcançar os objetivos em pauta. (ver apêndice II)

As referidas propostas são apresentadas e discutidas no corpo do guia didático com os seguintes itens: os temas discutidos, os objetivos, as turmas participantes, a metodologia usada, formas de avaliação, tudo isso de uma forma prática e direcionada. As fotos, links e outros registros são essenciais na produção do guia didático, constituindo parte indispensável do processo. Bem como, os vídeos colocados no guia estão lincados no canal do youtube do professor responsável.

Os procedimentos metodológicos que foram usados na instituição e com os alunos, professores, gestão e toda a comunidade escolar, trazem para a pesquisa uma maior veracidade, servindo como exemplo para outros profissionais e outras instituições se utilizarem deles.

3. ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: CONCEITOS, ORIGENS E MUDANÇAS CAUSADAS PELOS IDEAIS NEOLIBERAIS

A construção da cidadania é uma temática latente e pertinente na sociedade global, sabendo que existem milhões de pessoas que estão excluídas dos seus mais básicos direitos como: saúde, educação, moradia e alimentação; elas necessitam ser incluídas.

Em primeiro lugar, devemos associar o conceito de cidadania a governos democráticos e que verdadeiramente apoiam os cidadãos em suas escolhas, sempre direcionando suas forças e suas capacidades para o bem coletivo, visando uma sociedade mais justa, em que todos tenham acesso aos bens mais básicos para a sobrevivência de uma pessoa (alimentação, água, rede de esgoto, entre outros).

Mas, para que possamos falar de uma escola cidadã, temos que ter bem claro em nossa mente o conceito de cidadania, que pode ser explorado como sendo a capacidade de uma pessoa exercer de forma plena seus direitos, e executar sempre que possível e de forma responsável seus deveres, estando envolvida nas decisões coletivas, que auxiliam na construção de uma sociedade com ideais democráticos mais consistentes, e perspectivas de futuro mais bem planejadas e com propostas e práticas para alcançá-las, sendo essas bastante coesas.

Sendo assim Costa e Ianni (2018, p. 47) nos apresentam o conceito de cidadania como sendo “o *status* daqueles que são membros de uma comunidade e são por elas reconhecidos”. Portanto, todos os habitantes do planeta devem ser considerados cidadãos do mundo, e isso independente de sua nacionalidade. Por isso, devemos conviver com todas as pessoas e todos os povos, garantindo-lhes os direitos e o respeito que lhes é devido, mas também explicitando deveres, o que gera um convívio com menos conflitos e mais harmonioso.

Em meio a esse contexto de diferenças, divergências, pluralidades e constante movimento, está a escola, que se apresenta como a instituição responsável pela formação sociopolítica, educacional e cultural desses cidadãos. Além disso, eles já nascem com a perspectiva social de nela adentrar e participar de um processo de escolarização, que o conduzirá por caminhos, muitas vezes predeterminados, isso dependendo da intenção política e econômica adotada por ela e pelo sistema no qual está inserida. Por vezes, também se apresenta como um espaço de formação para uma verdadeira cidadania, formando pessoas menos individualistas e não unicamente focadas no trabalho, contrariando a proposta dos defensores das ideias neoliberais.

Portanto, essa escola é chamada de cidadã por motivos simples, ela está na sociedade, ela existe por causa da sociedade, estando sempre ao lado da sociedade e de seus ideais

coletivos, e forma cidadãos para essa mesma sociedade, ou seja, é uma máquina social que se retroalimenta e o seu combustível são as propostas democráticas, a cidadania.

Gadotti (1998, p.18) traz uma reflexão sobre esse modelo e expõe que: “precisamos de métodos democráticos, de efetivo exercício da democracia. A democracia é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho”. Sendo assim, precisa-se de mais tempo e mais força investida no seu interior e também nos órgãos que administram a educação, para que façam valer todas propostas encaminhadas pela sociedade. Asseverando o exposto anteriormente, aparecem Meshulam e Apple afirmando (2020):

Para começar, as lutas, alianças e mobilizações de pais, educadores e membros da comunidade como aqui descritas são aspectos cruciais da escolarização democrática como movimentos indispensáveis para a criação e sustentação dessas escolas (MESHULAM; APPLE, 2020 p. 45).

Já educação integral é caracterizada por sua proposta de formação do cidadão em sua completude, totalidade, observando todos os aspectos formadores da natureza da pessoa. A palavra integral pode ser definida como “que se apresenta na sua totalidade; total, inteiro, completo” (INTEGRAL, 2022). Levando em consideração o termo discutido, Arroyo (1987) define-o como sendo uma experiência educativa total, seja no tempo, em seus espaços e que é transformadora no que diz respeito a personalidade.

Ao refletir de forma mais detalhada as necessidades humanas, podemos ver a urgência por uma formação que não foque apenas nas questões intelectuais, mas que também se preocupe com o interior do ser humano, considerando seus sentimentos, vontades, personalidades e anseios.

Primeiramente, é importante diferenciar o que é escola em tempo integral e educação integral. Elas são em conceito e em prática totalmente diferentes, mesmo muitas pessoas e até estudiosos da área, confundindo-as em suas colocações. Sendo assim, as escolas em tempo integral aparecem como instituições que priorizam principalmente o aspecto tempo. Nelas, o aluno entra no turno da manhã e passa o dia inteiro sendo, muitas vezes, levados a vivenciar as mesmas metodologias, as mesmas atividades e os mesmos discursos que fazem parte do contexto do tempo usado anteriormente, sendo que agora em períodos ampliados.

Diferentemente da anterior, a educação integral busca contemplar uma formação que capacite o cidadão a viver de forma plena, sendo capaz de fazer suas escolhas de forma consciente e se reconhecendo como pessoa atuante socialmente, tendo o aspecto tempo apenas como uma das bases que fundamentam esse modelo de educação, mas não sendo a mais importante.

Em virtude disso, tudo dentro de uma instituição de ensino que adota esse modelo, é visto com um olhar pedagógico e através de um viés educativo, seja o momento da alimentação, os momentos de estudos coletivos e individuais, os momentos de descanso, de brincadeiras, entre outros. Todos os espaços e tempos são vistos como oportunidades de aprendizagens e são planejados e direcionados com fins totalmente explícitos, sendo organizados por todos os participantes.

Cavaliere (2002, p. 262) reflete que a educação integral é “predisposição de receber os educandos como indivíduos multidimensionais”. Portanto, quando passamos a ter essa noção de multidimensionalidade da pessoa, fica bem mais fácil entender sobre as suas diversas áreas que necessitam ser atendidas.

Primeiramente, temos que desmistificar a ideia concebida em que a escola cidadã integral prepara unicamente para o mercado de trabalho, mostrando-se uma formadora unilateral. Pois, pelo que foi exposto nos parágrafos anteriores, no princípio não foi assim. Essa sempre foi uma escola que se preocupou com os anseios populares e, desde as suas origens, buscou trazer para a população, um retorno como pagamento de uma dívida social deixada pelos inúmeros governantes em várias partes do mundo.

Mas, com a ascensão do sistema capitalista e o poder dos ideais neoliberal, esse modelo de escola, assim como as demais instituições que formam a sociedade, sofreram mudanças, que as levaram a adequação às novas exigências de um sistema especialista em usurpar ideias e transformar contextos, para benefício próprio. Devido a isso Arroyo (1987, p. 8) no diz que: “a luta pela escola e por mais tempo de escola não foge a essa lógica mercantil em muitos casos”.

Portanto, essa nova lógica capitalista que traz uma nova cosmovisão, fez com que todas as áreas que formam a sociedade sofressem adaptações, reordenamentos, reorganizações, tudo foi repensado e milimetricamente posto em prática, visando as adequações necessárias para funcionamento da grande engrenagem mundial do capital.

No princípio a escola cidadã integral que, que no percurso de sua história, recebeu várias denominações, surge como forma de acolher uma população menos abastada, trazendo para ela novas perspectivas de vida e caminhando junto com as dificuldades e os seus anseios. Arroyo (1987, p. 8) sobre essa relação entre população e propostas públicas no diz: “uma reflexão sobre a escola integral é inseparável das propostas sociais, políticas e pedagógicas”.

Luzuriaga e Larroyo in Cavaliere (2002) no trazem alguns exemplos da gênese da escola integral – que eram escolas que buscavam uma formação mais completa do cidadão, entre elas podemos citar:

“escolas de vida completa” inglesas; os “lares de educação no campo” e as “comunidades escolares livres” na Alemanha; a “escola universitária” nos EUA; as “casas das crianças” orientadas por Montessori, na Itália; a “casa dos pequenos”, criada por Claparède e Bovet em Genebra; a “escola para a vida”, criada por Decroly em Bruxelas e muitas outras mais. (LUZURIAGA; LARROYO in CAVALIERE, 2002, p. 251).

Todos esses exemplos citados sempre deram muita importância a atividade criadora, a uma formação holística e que leve em consideração o ideal sociointegrador, onde o indivíduo se integra à sociedade, sendo dela participante, atuante e visto como agente transformador. Essa escola deve levar a uma refletir sobre sua importância de ser cidadão, o que é mais um passo para a integração social, sempre considerando que todos esses formatos, também apresentaram dificuldades internas e barreiras para sua concretização nos ambientes sociais nos quais estavam inseridos.

Já no Brasil, parece que no decorrer dos anos em que ocorreu o desenvolvimento da educação integral – se assim podemos chamá-la nesse contexto -, ou as primeiras ideias sobre esse modelo, houve grande confusão entre os conceitos de educação em tempo integral e educação integral. Pois, ela foi propagada no Brasil como uma alternativa à pobreza, observando as desigualdades socioeconômicas, os problemas de distribuição de renda e o baixo índice de escolaridade entre a população, essas sempre foram as justificativas usadas em defesa desse modelo de escola. Observando todo esse contexto, passamos a nos questionar: que tipo de escola estamos construindo, uma escola assistencialista ou uma escola que, verdadeiramente, preze pela formação integral da pessoa?

Uma análise das desigualdades sociais, que relacione tanto os problemas de distribuição de renda quanto os contextos de privação de liberdade, é requerida para a construção da proposta de Educação Integral. Essa construção, no Brasil, é contemporânea aos esforços do Estado para ofertar políticas redistributivas de combate à pobreza. Nessa perspectiva, faz-se necessário um quadro conceitual mais amplo para que a pactuação de uma agenda pela qualidade da educação que considere o valor das diferenças [...]. Vale destacar, nesse quadro, a influência dos processos de globalização, as mudanças no mundo do trabalho, as transformações técnico-científicas e as mudanças socioambientais globais, dentre outras, que impõem novos desafios às políticas públicas, em geral e, em particular, às políticas educacionais, principalmente em países emergentes como o Brasil. (BRASIL, 2009, p. 10)

Além disso, vemos um grande percurso desses debates relacionados principalmente a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, que remontam à década de 1930 no Brasil. Nesse período, vimos o Movimento Integralista, na pessoa de seu líder Plínio Salgado, que sempre se mostrou defensor da educação integral, buscando trazer para a sociedade um

cunho cívico e nacionalista, agregado a espiritualidade, apresentando-se como um líder conservador.

Também o movimento Escola Nova, que buscava um ensino menos enciclopédico e que levasse em consideração as necessidades e as particularidades das pessoas, tendo como defensor o intelectual Anísio Teixeira (1900-1971), educador e formado em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Ele recebeu influências do pedagogo e filósofo norte americano John Dewey e tentou iniciar uma revolução educacional no Brasil, entre as concepções defendidas, estavam a educação integral, onde a criança tivesse oportunidade de desenvolver suas diversas capacidades com o auxílio da escola.

Com a finalidade de alicerçar suas propostas educacionais em um país com tantas desigualdades, Anísio Teixeira deu início a sua concepção de educação através do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador na Bahia. Esse centro educacional era dividido em escola classe (responsável pela escrita leitura e aritmética) em um dos turnos e a escola-parque (responsável pelas artes, oficinas, teatro, biblioteca, entre outros) no contraturno, com prédios separados nas duas especificidades.

Também na década de 1980, no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na gestão do então governador Leonel Brizola (1983-1987), os CIEP's – Centros Integrados de Educação Pública – foram mais uma tentativa de implantação da educação integral no Brasil. Através de seu mentor Darcy Ribeiro, em estruturas arquitetônicas desenvolvidas pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, propunha desenvolver uma educação holística e integral do aluno. Esse modelo fora desenvolvido no Rio de Janeiro e buscava não se ater apenas ao tempo de permanência diário do aluno na instituição, também objetivava retirar crianças em situação de vulnerabilidade das ruas da cidade.

Segundo Brasil (2009), outras tentativas de implantação e consolidação desse modelo de educação foram desenvolvidas no Brasil, entre elas temos: os Centros Educacionais Unificados (São Paulo-2000/2004); Programa Escola Integrada (Belo Horizonte – 2006); Escola-Bairro (Nova Iguaçu/RJ – 2006); Programa Educação Integral (Apucarana/PR – 2001), entre outras, que vêm sendo desenvolvidas em todo o Brasil. Portanto, através do que foi mostrado acima, podemos ver que o modelo de educação integral teve suas origens na região nordeste (Bahia), mas sua expansão se deu com mais força nas regiões sudeste e sul.

A partir de então, podemos observar uma caminhada que nos leva da base conceitual a base legal. Com o decorrer das décadas, foram sendo criadas no Brasil leis que defendiam, principalmente, o aumento do tempo de permanência do aluno na escola – priorizando a escola em tempo integral e ficando o conceito de educação integral relegada a um segundo plano, pois

já podemos perceber que ainda que as nomenclaturas se assemelhem e que sejam em algum momentos interdependentes, elas defendem propostas diferentes.

Alguns documentos normativos corroboram com a ampliação dessas propostas em todo o território nacional, entre eles temos a Constituição Federal, em se art. 205 que assegura:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 1988)

A expressão pleno desenvolvimento da pessoa, em si já traz um cunho de uma preparação mais completa, visando também a sua capacidade de convivência social e organização para o trabalho. Dessa forma, vemos que alguns aspectos foram citados pela lei. Corroborando com o exposto acima, temos a Lei de Diretrizes e bases da Educação que, em seu artigo 34, normatiza a ampliação progressiva do período de permanência do aluno na escola. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53 garante: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Similarmente, em relação aos recursos destinados aos estabelecimentos, a Lei 11.494/ 2007 conhecida como Lei do Fundeb, em seu artigo 10º fala sobre creches, pré-escolas, ensino fundamental e médio em tempo integral.

Além dessas, aparece também a Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa Mais Educação. Este programa se propôs a fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Já com a lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, foi instituída a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, ou seja, a carga horária anual mínima deverá ser ampliada de forma progressiva no ensino médio, para no mínimo 1000 horas anuais, quando antes eram 800 horas.

Dessa forma, podemos observar que as leis promulgadas e que tratam sobre educação integral e educação em tempo integral, sempre aparecem no decorrer dos anos trazendo confusão ao entendimento do leitor e desvirtuando, na maioria das vezes, a verdadeira essência da educação integral. Da mesma forma, a Constituição Federal nos traz juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais documentos oficiais citados, uma noção bastante incipiente do conceito de educação integral, sempre citando algumas áreas da

formação humana, na maioria das vezes, dando uma atenção maior ao tempo de permanência na escola, que se configura em apenas um dos pilares da educação integral almejada.

Na Paraíba, a chamada “Escola Cidadã Integral” teve seu início através dos decretos nº 36.408, de 30 de novembro de 2015, que Cria a Escola Cidadã Integral, institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências, e o decreto 36.409, de 30 de novembro de 2015, que cria a Escola Cidadã Integral Técnica, instituindo o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências.

Esse modelo na Paraíba foi influenciado pela implantação no estado vizinho de Pernambuco, onde a escola Ginásio Pernambucano que, no início dos anos 2000, passava por uma situação muito desagradável, que ia desde a precariedade na infraestrutura até a descredibilidade da comunidade em sua atuação. Logo, após a visita de ex-alunos, que ao observarem a situação sentiram-se penalizados com o total descaso com o patrimônio público, buscaram recursos com a iniciativa privada (ABN AMRO BANK, CHESF, PHILIPS, entre outros), ou seja, empresas privadas passaram a investir em instituições que são públicas, trazendo aspectos mais ligados aos ideais neoliberais no então “Novo Ginásio Pernambucano”.

Além disso, esse modelo implantado no estado de Pernambuco e, logo após, na Paraíba é organizado pelo ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, que é uma organização financiada, em sua maioria, por empresas privadas (Instituto Natura, ItaúBBA, Fiat, Jeep, EMS, Instituto Cacau Show, entre outras). Também tendo como parceiros estratégicos o Instituto Qualidade no Ensino (IQE) e o STEM – World Fund for Education, que se autodenominam entidades privadas sem fins lucrativos. Mas, como podem existir entidades privadas, que servem ao sistema do capital mundial e que não visam alguma forma de lucro, retorno, ou não trabalham para isso? Podemos dizer que aí nasce um paradoxo!

No Estado da Paraíba, o modelo idealizado e desenvolvido em Pernambuco foi totalmente absorvido e posto em prática nas inúmeras escolas ditas “integrais”. Atualmente, de todos os alunos matriculados no ensino médio no estado, 82,3% estão na rede pública e 12,3% na rede privada (INEP, 2021).

Segundo os dados apresentados pelo (INEP, 2021), 55% dos alunos matriculados nas escolas públicas de ensino médio na Paraíba estão em escolas de tempo integral – ECI’s - e também foi visto um crescimento no número de matrículas no ensino médio integrado a educação profissional de 212,5% entre 2017 e 2021. As Escolas Cidadãs Integrais Técnicas - ECTI’s - são as grandes responsáveis por esse *boom* na educação profissional na Paraíba, o

que ocasionou uma redução de 15,9% no mesmo período de matrículas em escolas de ensino médio, não integradas à educação profissional.

Certamente que a redução de escolas regulares em detrimento do avanço das escolas em tempo integral, através da lei 11.100, de 06 de abril de 2018, que cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências, fez com que centenas de alunos fossem obrigados a migrar de suas instituições de origem para outras com o novo modelo.

Ademais, a primeira escola cidadã inaugurada na Paraíba foi a Escola Estadual Cidadã Integral Heliton Santana, no bairro de Marcos Moura, na cidade de Santa Rita, na gestão do então governador Ricardo Coutinho (2016), em um investimento de 5 milhões de reais. O Quadro 2 apresentará a evolução no número de escolas cidadãs no decorrer dos anos (2016-2021).

Tabela 1 – Aumento no número de escolas em tempo integral na Paraíba.

<i>Ano</i>	<i>Número de Escolas Cidadãs Integrais</i>	<i>Número de Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (cursos técnicos ofertados dentro das escolas cidadãs integrais)</i>
2016	8	- *
2017	33	- *
2018	102	- *
2019	153	68
2020	229	100
2021	302	124

* Não foram encontrados dados sobre cursos técnicos nas escolas cidadãs criadas nos referidos anos.

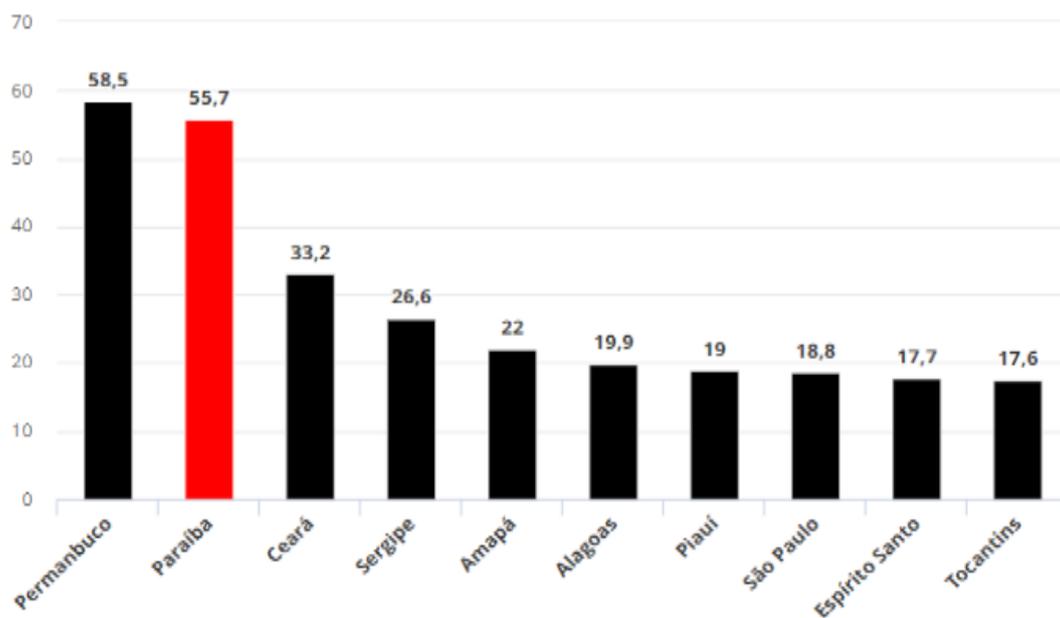
Fonte: *Sites* do Governo da Paraíba e da Escola cidadã Integral da Paraíba. (Informações sistematizadas pelo autor, 2023).

Com esse crescimento, a Paraíba aparece no *ranking* do segundo estado com maior número de alunos matriculados em escolas de tempo integral, despontando nessa categoria a frente de estados como São Paulo e Espírito Santo e também com a implantação do modelo em escolas indígenas e socioeducativas. As últimas citadas, funcionam no interior dos presídios (projeto piloto na E.E.E.F.M Graciliano Ramos, que tem sede na penitenciária Silvio Porto, na cidade de João Pessoa, no bairro de Mangabeira, capital do estado).

Por fim, se levarmos em consideração a quantidade de alunos envolvidos nesse modelo nos estados da região sudeste (SP, ES), apresentados no gráfico 1, teremos 36,5%, ou seja, um número bem inferior ao que podemos ver na Paraíba, que apresenta 55,7% e em Pernambuco com 58,5%, sendo assim os dois estados estão com mais da metade de seus alunos do ensino médio da rede pública envolvidos nesse modelo.

Gráfico 1 – Proporção de matrículas em escolas de tempo integral na Paraíba.

Proporção de alunos em tempo integral matriculados na rede pública de ensino médio. (Porcentagem %)



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponível no Portal G1. (2022)

Ao analisar os dados expostos, devemos esclarecer que o grande problema não está no modelo de educação integral, ou no tempo de permanência na escola, mas nos propósitos de implantação desse modelo, sempre observando a interferência da iniciativa privada em instituições públicas. Em decorrência disso, sabemos que as finalidades dessas intervenções são claras e nítidas, elas buscam implantar ou fortalecer um sistema que priorize a liberdade econômica e os lucros exorbitantes, em detrimento da formação omnilateral do cidadão e sua preparação para uma vida coletiva e digna.

Para que haja essa formação omnilateral, é necessário que haja uma mudança profunda e estrutural nos sistemas educacionais e, conseqüentemente, no cotidiano das escolas. Principalmente, trazendo para elas uma nova cosmovisão, onde uma educação mais humanizada se sobressaia como marcas mais salientes dessa nova empreitada.

Por outro lado, sabemos que a preparação para o trabalho é muito importante, pois ele faz parte da vida dos seres humanos e é através dele que as sociedades conseguem fortalecer sua criatividade através da idealização, formulação e produção de novos objetos, que deveriam ser usados para o desenvolvimento de toda a população mundial, sem gerar desigualdades, e sim oportunidades.

Mas o que temos visto é uma supervalorização de ideias ligadas ao fortalecimento dos ideais neoliberais, onde a escola acaba por ser abocanhada por essa avalanche de propostas, tornando-se refém delas, passando a não mais formar para a cidadania e desenvolvimento das capacidades da pessoa, mas formando quase que unicamente para o mercado de trabalho, apresentando-se como braços formadores para as empresas.

Aprofundando ainda mais o diálogo, Laval (2019, p. 77) nos mostra que, em relação a escola, ocorreram “mudanças das referências internas, seu modo de financiamento, sua organização, a natureza de seu comando e até as suas missões fundamentais”. Ou seja, tudo mudou e, com essa mudança, vimos emergir novos padrões de comportamentos, de relacionamentos e de propósitos, na até então escola pública, que já não é tão pública quanto aos seus ideais defendidos.

Igualmente, podemos defender que a escola cidadã, já não se apresenta atualmente como em seus primórdios, pois, além da sua nomenclatura, já não defende os anseios sociais da população, relegando-os a um segundo plano. Semelhantemente, a escola de educação integral, sendo não mais uma escola que observa todos os âmbitos da vida humana e tenta desenvolvê-los, mas olha quase que exclusivamente para uma preparação voltada para o mercado de trabalho. A partir daí, podemos refletir: como essa escola recebe o nome de cidadã integral, mesmo estando tão distante das propostas defendidas por ela?

Inquestionavelmente, ele transformou-se em um local preparatório de mão de obra qualificada, que será utilizada conforme a necessidade do capital e das grandes empresas. Ela sempre visa e ensina sobre produtividade, rentabilidade, lucros, preparando um grande exército, que será utilizado, na maioria das vezes, por baixos salários.

Ademais, conceitos como eficiência, competência e demanda fazem parte do vocabulário dessas instituições, o aluno e os demais participantes do processo pedagógico são, de uma forma ou de outra, preparados para essa grande empreitada, onde não tem espaço para desperdício, morosidade, reflexões aprofundadas e liberdade de expressão. Gadotti e Romão (1998, p. 25), em uma discussão contrária ao exposto acima, afirmam: “a educação enquanto processo de conscientização (desalienação) tem tudo a ver com autonomia”. Então quais são os verdadeiros objetivos da escola pública brasileira e da Escola Cidadã Integral na Paraíba?

Para que a escola cidadã integral possa viver esses moldes neotayloristas, foi necessário que toda a sua estrutura fosse reformulada e adequada a essa realidade. Esse é o contexto onde a produção deve ser direcionada, organizada, onde os fatores tempo e qualidade sejam avaliados, acompanhados e reordenados e, em caso de insucesso, repensados, essa é a escola empresa no século XXI. Sobre esse contexto Laval (2019, p. 218) expõe que a ideia de escola como “empresa educacional” tornou-se comum nos Estados Unidos. Entretanto, aqui no Brasil, a partir da década de 1990, foi se moldando aos novos padrões mundiais, tendo como referência a política econômica norte-americana, que expandiu esse modelo, principalmente, a partir da década de 1970.

4 - O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A sociedade neoliberal pode ser caracterizada como aquela em que tudo tem um valor comercial, tudo pode ser comercializado, todos os recursos podem ser vendidos e isso com preços mensurados, a partir de um sistema de mercado em que as trocas que geram lucros, são práticas singulares e importantíssimas para a manutenção desse modelo.

Logo, o neoliberalismo pode ser definido como uma prática política, econômica e também social, já que ela é adotada pelas sociedades, objetivando a ampliação das liberdades individuais da propriedade privada a um patamar a perder de vista, onde os mercados e as capacidades empreendedoras são incentivadas, fomentadas, por direitos outorgados pelos próprios Estados, buscando maximizar os lucros de grupos privilegiados, em detrimento de outros – menos favorecidos - largados a própria sorte. Sendo assim, podemos ver que:

o neoliberalismo pode ser compreendido como algo maior que uma mera pauta econômica. Trata-se de uma lógica normativa global que assume uma dupla representação: ideológica que acompanha a implantação de suas políticas e de uma normatividade prática que se estende para todo o corpo social. É uma “razão do mundo, mas, ao mesmo tempo ‘razão-mundo’,” visto que ela produz o mundo, mas, também é produzida por ele. (ALENCAR, 2020, p. 26).

Envolvido em toda essa engrenagem está o ser humano, que aparece como um ponto chave para a propagação dos ideais hegemônicos, propostos em uma ideologia que o apresenta como livre empreendedor, exaltando a sua força criativa, em uma suposta liberdade pregada como promotora do bem estar humano, em uma esfera de concorrência e alienação, onde o fetichismo se mostra como parte integrante e indispensável, o que é degradante e opressor. Sendo assim, Harvey (2007) define o neoliberalismo como:

Uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem estar humano pode ser mais bem provido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio (HARVEY, 2007, p.2).

Levando em consideração o exposto, podemos observar os termos “maximização das liberdades” e adentramos em um questionamento profundo que nos leva a refletir sobre: quem tem esses direitos ou acesso a tais liberdades? Quais liberdades são essas? As referidas

colocações estão imbricadas e também são melhor discutidas quando o conceito de capitalismo, que auxilia o de neoliberalismo, são usados de forma indissociável.

O estado capitalista ganhou maior notoriedade durante a guerra fria, representado pelos Estados Unidos e sua política que defendia a propriedade privada, o lucro, a livre concorrência, acumulação do capital. Nesse período, os Estados Unidos e a sua opositora União Soviética, que defendia o socialismo, lutavam por influência mundial, em uma guerra principalmente ideológica, com uma corrida armamentista e espacial, que tomou proporção mundial e influenciou as culturas e as formas de vida de milhões de pessoas no planeta.

Esse modelo que reverencia o capital e todas as suas formas de atuação, ganhou terreno logo após a queda do socialismo, tendo como evento que marca essa transição, a queda do muro de Berlim em 1989. Logo, as ideias orientadas por uma política do valor de uso e do valor de troca foram sendo reforçadas a cada dia, fazendo com que todas as coisas pudessem ser compradas ou vendidas, e isso por valores determinados, através de moedas em um sistema monetário global, interligado, ganancioso, depredador de valores humanos e isso sem ressentimento, sendo causador de incontáveis problemas, todos oriundos de sua atuação.

Sendo assim, voltamos aos questionamentos anteriores, que nos mostram uma suposta liberdade, mas que na verdade não se apresenta como fator agregador de valores humanos e nem está disponível para todos. Logo, os grandes capitalistas, são os detentores dos meios de produção, que buscam incansavelmente multiplicar suas posses e isso usando o sobretrabalho alheio, o que na prática é desumano e não traz liberdade, mas assevera o fosso da desigualdade entre as classes sociais, tudo isso em um mercado espoliativo e segregativo. Em relação a temática tratada, Harvey (2016, p.81) nos diz: “A circulação contínua do capital depende da passagem bem sucedida (o sucesso é medido como taxa de lucro) por dois momentos, primeiro a produção no processo de trabalho; segundo, a realização do mercado”.

Dessa forma, vemos que os valores coletivos e os direitos humanos são relegados a um segundo plano, onde a valorização da vida e das verdadeiras liberdades são menosprezadas ou até esquecidas, levando a uma super desvalorização de tudo que pode ser observado e defendido como bem coletivo à uma esfera de liberdades comerciais individuais, asseverando ainda mais práticas egocêntricas e de alienação humana.

Dessa forma, podemos ver a grande influência causada pelos ideais neoliberais, sempre alavancados e conduzidos pelo capitalismo, fazendo com que todas as esferas sociais sejam de forma direta ou indiretamente afetadas. Nesse contexto, as instituições, a cultura, os diversos atores sociais e, sobretudo, os desejos e vontades mais intrínsecos das pessoas também são afetados e de alguma forma alterados em seus cursos naturais. Santos (2007, p. 72) nos fala que

“o homem alienado é como se lhe houvessem manietado, para rouba-lhe a ação, e imposto barreiras a visão, para cegá-los”

A força desse sistema pode até, muitas vezes, ser comparada à algo transcendente e onipresente, pois o capital acha lugar para sua atuação e reprodução em cada espaço desse imenso globo terrestre, seja no comércio entre as diversas empresas transnacionais, seja na posse e uso da terra, nos espaços de veiculação de notícias, nas escolas e até na política.

O Estado se apresenta como pilar social para organização e manutenção das prioridades no que tange aos direitos dos cidadãos, sempre convergindo em seus discursos para o bem estar social e manutenção da ordem social, isso em uma sociedade democrática. Mas, mesmo em uma esfera tão complexa, o neoliberalismo adentra e se infiltra, formando uma complexa rede de apoio para as suas ideologias, levando pessoas, instituições e valores a malogrem, dobrando-se aos seus mais cruéis caprichos. Corroborando com essa ideia temos Moraes (2001) que afirma:

A ideologia neoliberal prega o desmantelamento das regulações produzidas pelos Estados nacionais, mas acaba transferindo muitas dessas regulações (produção de normas, regras e leis) para uma esfera maior: as organizações multilaterais como o G-7, a OMC, o Banco Mundial, o FMI, dominadas pelos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais. (MORAES, 2001, p. 20).

Portanto, sendo todas as esferas da sociedade influenciadas por essa força avassaladora, é nítida a pressão sobre o Estado que agora passa a não mais ter “autonomia” e sim ser regulado por outras gigantescas e poderosas instituições econômicas, que são geradoras de desigualdades, produzindo regras, leis e normas que beneficiarão os países centrais e ricos, em detrimento dos países mais pobres, asseverando seu domínio e retroalimentando, assim como o sistema de uma grande máquina, os seus meios de enriquecimento.

Devido a isso, podemos observar governos e sociedades com democracias fortes e consolidadas e que, aos poucos, foram sendo infiltradas pelos malefícios desses ideais hegemônicos. Ainda mais, paulatinamente, sua população foi imersa em um modelo em que a liberdade de expressão foi sendo solapada, o trabalhador já não gozava dos mesmos direitos de outrora, sua jornada de trabalho foi ampliada, seu salário reduzido, a educação ofertada pelo Estado já não objetivava a preparação para a cidadania, mas unicamente para o mercado de trabalho. Para Santos (2007, p. 25) “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”.

Em virtude das alianças feitas entre os governantes e as instituições como G8, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outras, os Estados se veem envoltos a amarras

que os deixam totalmente vulneráveis e sujeitos às suas exigências, tornando-se agentes propulsores das ideias propostas por elas. Logo, todo o escopo de leis, diretrizes e organização do estado e até o direcionamento dos recursos públicos, devem migrar para áreas que apoiam as práticas neoliberais, usando dinheiro público para fins privados, o que é algo muito grave.

Muitos desses “investimentos” são direcionados para “políticas públicas”, que beneficiarão à “todos”, essa é a retórica usada por esses grupos. Mas na realidade grandes empresas são alavancadas com recursos públicos e atendem a uma pequena parcela da população, cobrando valores exorbitantes por seus serviços, que na maioria das vezes, não é de boa qualidade e ainda se utilizando de mão-de-obra barata e recursos naturais nacionais, retirados com a redução ou isenção de impostos. Dessa forma, vemos que ocorre no mundo, assim como ocorreu no Brasil, uma “articulação de forças políticas e econômicas hegemônicas fundamentadas pelo neoliberalismo” (GUERRA; FIGUEIREDO, 2021, p. 3)

A história do Brasil mostra o quanto a intervenção internacional, através de seus órgãos reguladores se dá desde muitos anos atrás. Foram décadas de preparação e arregimentação para uma dominação paulatina do nosso mercado e de tudo que nele há. Segundo Prado Jr. (2000):

A economia mundial evolui para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. Este sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá ao capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detêm) de muitas formas, todas aliás ligadas e articuladas entre si: 1.º) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2.º) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3.º) Porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais (PRADO JR, 2000, p. 207)

O excerto nos mostra que o Brasil foi invadido pelo capital estrangeiro, sendo forçado a operacionalizar mudanças nas políticas públicas de Estado, entre elas a abertura para as empresas estrangeiras com todas as regalias necessárias (desde localização geográfica privilegiada até retirada de direitos dos trabalhadores), entrada de dinheiro através de empréstimos que ajudariam a endividar ainda mais o país, arregimentação dos modelos de educação nacional, que seriam ainda mais voltados para o tecnicismo, sem contar com a desvalorização e ampliação da carga de trabalho docente.

Em virtude disso, a participação e intervenção do Estado tem sido cada dia mais reduzido, pois as grandes instituições econômicas, não mais permitem que ele possa interferir como outrora nas decisões que são primordiais para o bom desenvolvimento socioeconômico e

cultural dos cidadãos, onde eles tenham a oportunidade de escolher o que desejam e isso de forma livre e democrática. Sendo assim, a educação também tem sido alvo dessas “políticas educacionais democráticas”, onde os sistemas de ensino, gestores públicos, instituições dos mais diversos níveis e seus professores, sejam forçados a serem coparticipantes das atrocidades desse sistema.

Guerra e Figueiredo (2021, p. 4) nos mostra que o BIRD (Banco Internacional para Reestruturação e Desenvolvimento e a AIF (Agência Internacional de Fomento) atuam como financiadores em infraestrutura no Brasil desde a década de 1940 e, a partir de 1970, aparecem como financiadores do setor social, onde situa-se a educação. Esta também se viu sujeita a todas as exigências externas impostas, acabando por despedir-se de algumas ideias básicas que orientam uma sociedade verdadeiramente democrática e cidadã, entre elas a liberdade curricular, a escolha democrática de gestores escolares, as particularidades culturais e orçamentárias de sistemas e escolas, o trabalho livre dos docentes, a participação popular sobre escolhas prioritárias na política educacional do país, entre outras.

Como consequências de todas essas investidas internacionais, podemos observar que a educação brasileira tem sucumbido e mostrado sinais de fracasso e enfraquecimento contínuo, em um processo de readaptação e relocação de recursos, que quase nunca beneficiam a população mais pobre, mas sempre trazem benefícios para uma minoria abastada. Indubitavelmente essas organizações internacionais, se aproveitam e se apropriam de algo que é propriedade de todos, usando para benefício e enriquecimento próprio, o que leva o sistema educacional a ser totalmente arregimentado e preparado para aprofundar as diferenças e gerar outras ainda mais consistentes. Corroborando com a ideia exposta temos Frigotto e Ciavatta que nos diz:

O ideário pedagógico vai afirmar as noções de polivalência, qualidade total, habilidades, competências e empregabilidade do cidadão produtivo (um trabalhador que maximize a produtividade sendo um cidadão mínimo (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2006, p. 52)

Portanto, a história nos mostra que durante décadas diversas leis foram sendo criadas e organizadas no Brasil, com o propósito de adequação aos ideais propostos, através da intervenção capitalista. Esses ideais, sempre buscaram uma conformidade ao que é solicitado pelas instituições financeiras que dominam o planeta, estendendo suas influências até os lugares mais distantes da terra. Entre elas temos:

Quadro 1: Governos federais e alinhamento às políticas neoliberais.

ANO	LEI	PROPOSTA	CHEFE DE ESTADO	OBJETIVO
1996	9.394	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Fernando Henrique Cardoso	Preparar o aluno no Ensino médio direcionando-o para a flexibilização das novas condições de ocupações ou aperfeiçoamento posteriores (trabalho).
2001	10.260	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.	Fernando Henrique Cardoso	Investir em instituições de ensino privadas com dinheiro público
2009	Decreto nº 971, de 9 de outubro de 2009	Instituir, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional.	Luiz Inácio Lula da Silva	Incentivar a articulação, por meios de parcerias com o Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac)
2011	12.513	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da	Dilma Rousseff	Financiar instituições privadas com dinheiro público e supervalorizar a educação profissional e tecnológica.

		<p>Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.</p>		
2017	13.415	<p>Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino</p>	Michel Temer	<p>Adequar as instituições de ensino aos ideais neoliberais com redução de carga horária de componentes de extrema importância para a reflexão sobre a sociedade (sociologia, filosofia, geografia, história) ampliação de itinerários formativos, com desvalorização do professor através da implantação do “notório saber”.</p>

		Médio em Tempo Integral.		
2022	14.350	Altera as Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni).	Jair Messias Bolsonaro	Aumento de recursos públicos destinados às instituições privadas.

Fonte: Informações sistematizadas pelo autor, 2023.

Ao observar todo o histórico dos governos, desde a década de 1990 até o período atual e suas respectivas políticas públicas educacionais, podemos vislumbrar um total alinhamento com a política neoliberal, cumprindo as exigências propostas pelas instituições financeiras detentoras do poder. Moura (2014), ao discorrer sobre tal temática, afirma:

Dessa forma, em relação ao desenvolvimento, compreende-se que os modelos tradicionais e excludentes alimentam a concentração de renda e a submissão à divisão internacional do trabalho, promovendo a dilapidação da força de trabalho e das riquezas naturais e potencializando o individualismo e a destruição dos valores das culturas populares. Segundo esse raciocínio, a educação é vista como “salvação do país” e a EP como garantia da “empregabilidade na perspectiva da teoria do capital humano, considerada como responsabilidade individual de cada trabalhador e condição necessária para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. (MOURA, 2014, p.56).

Além disso, podemos constatar que o grande direcionamento e investimentos na educação profissional, vêm sendo uma das estratégias para a grande arregimentação, que visa à preparação para um mercado dominado por grandes e poderosas empresas. Sendo assim, todas as políticas governamentais e investimentos públicos são canalizados para esse propósito, levando o sistema educacional a mudanças em sua estrutura, isso desde os valores destinados a escola até o currículo adotado para elas.

Levando em consideração o que foi exposto no Quadro 1, podemos ver uma realidade que se perpetua por décadas, são algumas políticas educacionais executadas por diversos governos em vários momentos da história, mas sempre com o mesmo intuito, alavancar os ideais neoliberais, priorizando possibilidades de domínio e o lucro por um pequeno grupo, em detrimento da exclusão e da segregação gerada para um grupo maior, que ficam à margem das tão sonhadas “melhorias” prometidas por seus apoiadores e executores.

Logo após a redemocratização do país, tivemos governos como o de Fernando Henrique Cardoso, que esteve aliado aos ideais neoliberais, trazendo consigo a lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), evidenciando a flexibilização e adaptação às novas exigências do mercado, e também a lei 10.260/2001 que institui a política do FIES, que acabara por canalizar milhões de reais para instituições privadas, enquanto as instituições públicas clamavam por mudanças, desde a valorização do professor até a infraestrutura.

Em continuidade à política capitalista, o governo de Luís Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 971, de 9 de outubro de 2009, passou a investir no Sistema S - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio, (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) - que é formado por grandes empresários, tudo isso articulado ao ensino público através do EMI – Ensino Médio Inovador – que verdadeiramente é mais uma das artimanhas pensadas e executadas com fins bem detalhados.

Através da Lei 12.513/2011, a Presidenta Dilma Rousseff instituiu um dos maiores programas de educação profissional do Brasil, o PRONATEC, com todos os seus fundamentos ligados diretamente também ao Sistema S. A referida lei em seu art. 4 e inciso III diz: “incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem”. Dessa feita, esse sistema angariou recursos que deveriam ser investidos em instituições públicas, tudo isso ocorreu tendo o aval de todas as instituições responsáveis pela destinação dos recursos públicos.

Já no governo Temer, o Brasil foi surpreendido com a lei 13.415, que auxiliou no desmonte da educação brasileira e solapou as estruturas educacionais do país. Em virtude dessa lei, os componentes curriculares foram dispostos em grandes áreas, sendo elas: I - Linguagens e suas tecnologias, II - Matemática e suas tecnologias, III - Ciências da Natureza e suas tecnologias, IV - Ciências Humanas e sociais aplicadas, reduzindo o aprofundamento epistemológico e teórico das diversas ciências. Além disso, o profissional de notório saber entra em evidencia na política educacional brasileira, tirando o espaço de professores com

licenciaturas. Adicionalmente, também há uma visível desconsideração pelos profissionais da educação física, arte, sociologia e filosofia. Sobre isso Farias (2020, p. 16) nos fala:

Por fim, o projeto novo Ensino Médio corresponde a uma reforma que destrói as possibilidades de formação integral dos jovens pobres brasileiros e, por isso, torna-lhes impossibilitados de construir uma leitura política do mundo que lhes ajudem a superar o atual estado de coisas que os exclui. (FARIAS, 2020, p. 16)

Com o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, houve um fortalecimento maior de todas essas ideias que orquestraram a organização do NEM – NOVO ENSINO MÉDIO, emergindo com uma roupagem de supostas melhorias para a aprendizagem dos jovens e que os levariam a escolher através dos itinerários formativos as áreas que cada um deles teria afinidades, mas sem desprezar os termos competências, cidadão produtivo e empregabilidade, que fazem parte desse universo. Abaixo podemos observar uma tabela que expõe a influência de diversas instituições privadas, que estão diretamente envolvidas na implementação da reforma do ensino médio no Brasil.

Tabela 2 – Participação de organizações privadas na implementação da Reforma do Ensino Médio.

ORGANIZAÇÃO	ESTADOS
Instituto Reúna	21
Senai	19
Itaú Educação e Trabalho/Itaú Social	15
Instituto de Corresponsabilidade pela Educação	14
Sebrae	14
Instituto Sonho Grande	11
Instituto Iungo	10
Fundação Telefônica Vivo	10
Instituto Natura	9
Instituto Ayrton Senna	8
Senac	6
Instituto Unibanco	6
Fundação Getúlio Vargas	5
Junior Achievement	5

Fonte: elaboração própria, a partir dos planos de implementação estaduais da reforma do ensino médio.

Fonte: Revista Carta Capital, 2023.

Através dos dados expostos na tabela, podemos observar que nos diversos estados da federação a implementação do NEM foi uma verdadeira orquestração de diversas organizações privadas, que visam à formação de mão de obra especializada e totalmente preparada para os desafios propostos por essa realidade mundial capitalista e neoliberalista. Sendo assim, o

currículo, o tempo destinado as atividades pedagógicas, as metodologias, o aligeiramento nas formações e a própria formação de professores, sofrem fortes influências em todos os estados do Brasil. Portanto, é impossível uma formação omnilateral contida nos moldes expressos nessa realidade espoliativa, pois ela não traz liberdade para as pessoas que dela participam, mas a deixa manietada e alienada.

Assim, a reforma alterou e colocou na LDB: o esvaziamento do currículo do ensino médio, o barateamento da formação profissional dos mais pobres, a expansão fake de carga horária via ensino a distância e a indução à privatização da oferta educacional direta. Tudo isso (as pesquisas já vêm demonstrando) com efeitos mais pronunciados sobre os estudantes mais pobres, para quem a educação pública costuma fazer maior diferença do que para estudantes com renda familiar mais elevada. “Rever”, “ajustar” e “aprimorar” são eufemismos para não fazer nada, já que os efeitos da reforma estarão integralmente preservados na letra da lei. (CÁSSIO, 2023)

Em relação as políticas educacionais hodiernas, vemos uma total continuação das estratégias anteriores, mesmo que vestidas em roupagem de “novidade”. O governo do presidente Jair Messias Bolsonaro investiu ainda mais em programas como o PROUNI – Programa Universidade Para Todos, de modo a promover o crescimento de instituições privadas de ensino. Ao observar a lei 14.350/2020 em seu artigo 1º vemos que:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2020).

Fica claro que todos esses artifícios usados possuem fins lucrativos, sendo uma política mostrada como benéfica, tornando-se por vezes até popular, mas sempre usurpando o dinheiro que é de todos, e usando-o em benefício de alguns. Portanto, muitos governantes se utilizam de supostas “políticas públicas” como meio de promoção pessoal e enriquecimento individual, contribuindo ainda mais para uma formação aligeirada, sem profundidade teórica, unilateral e com pouca ou nenhuma visão cidadã, acabando por enfraquecer a democracia e aprofundar ainda mais as diferenças entre as classes sociais, instigando a problemática socioeconômica brasileira.

Frigotto e Ciavatta (2006) nos mostram que no curso da década de 90 ocorreram algumas trocas de termos que eram recorrentes na sociedade, por outros que mostram o novo

desenho da realidade vivenciada, entre eles temos: educação integral, omnilateralidade, laica, unitária, politécnica, tecnológica e emancipadora por polivalente, qualidade total, das competências, do cidadão produtivo e da empregabilidade.

Toda essa confusão de termos, se resume no enfraquecimento de uma educação omnilateral, e que preza por uma formação completa do cidadão, e também no fortalecimento de um modelo unilateral, que arranca da pessoa os seus direitos, entre eles o de ter um aprofundamento em suas reflexões, oriundos de uma formação holística, imergindo-o em um mar de incertezas e desigualdades.¹

¹ Entre essas mudanças podemos citar a BNCC que é a base Nacional Comum curricular, ela se apresenta desde o ano de 2017 (ensino infantil e fundamental) e 2018 (ensino médio) como documento norteador curricular de todos os sistemas e redes de ensino do Brasil. Também utiliza em seus textos os termos competências e habilidades, sendo totalmente alinhada aos ideais neoliberais que regem o sistema mundial. Dessa forma, não foge da regra a proposta curricular da Paraíba, que está baseada nesse documento norteador e que também busca, de forma proposital uma formação unilateral desse cidadão. Logo, todas elas auxiliaram para essa fragilização dos direitos do cidadão e fortaleceram ainda mais os fossos das desigualdades no Brasil.

5. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO OMNILATERAL DO CIDADÃO

5.1 Os direitos humanos e suas influências sociais

As questões ligadas aos direitos humanos aparecem como temas centrais em debates por todo o mundo, em inúmeras conferências e isso há algumas décadas. Toda essa inquietação surge como respostas a contextos socioeconômicos, políticos e culturais que emergem nas diversas sociedades, desde as mais antigas, com democracias já bastante consolidadas, até as mais recentes onde ditaduras e governos opressores imperam.

A busca por mudanças nas estruturas dos mais diversos âmbitos sociais, reverbera a luta incessante e acalorada nos cinco continentes do planeta terra, sendo essas fomentadas por ideais de liberdade, humanidade, respeito e fraternidade. Sendo assim, os direitos humanos aparecem como necessidades primárias, já que eles foram e estão sendo negados a grande parte da população mundial, e devem ser elencados como urgências nos programas de governos dos diversos líderes mundiais. Frequentemente aparecem em posição secundária e perdem espaço para pautas unicamente econômicas. Como parte desse debate, Candau (2009) discutindo sobre a temática apresentada, traz uma reflexão bastante propícia que afirma:

As dramáticas violações de direitos humanos fortaleceram a consciência da necessidade de promover processos sociais, políticos e educacionais que propiciem uma internalização cada vez mais forte dos direitos humanos e da dignidade humana, tanto por parte de cada cidadão, como no imaginário coletivo (CANDAU, 2009, p. 67).

Ademais, a história nos mostra em todo o seu percurso, atos, ações, intenções e propostas que ilustram a galeria de desrespeito, maldades e truculências operacionalizadas por pessoas, governos, sistemas e grupos que não entenderam o verdadeiro significado da importância da nossa relação com o outro, que é nosso semelhante.

Dentre essas atrocidades temos: o regime nazista de Adolf Hitler, na Alemanha e que ganhou destaque mundial por suas ações desumanas, matando mais de 6 milhões de judeus e deixando um déficit emocional mundial, que perdura até a data atual; o regime fascista de Benito Mussolini na Itália, que reprimiu a voz de milhares de pessoas com sua política baseada no autoritarismo; O *apartheid* na África do Sul, promovido pelos ingleses, separando negros e brancos em suas mais simples atividades como ir à escola, ou sentar na praça; o governo de Stalin na antiga União soviética, que calou os direitos de milhares de cidadãos, deixando-os

com fome de pão e de justiça; Os Estados Unidos e as bombas nucleares lançadas no final da segunda guerra mundial, nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, deixando inúmeros mortos, outros mutilados e ainda muitos órfãos.

No Brasil, o regime militar calou literalmente a voz de milhares de brasileiros, tirando da imprensa sua liberdade e do Brasil sua identidade. E, Atualmente, podemos enumerar dezenas de situações que infringem os direitos humanitários, entre eles: a guerra entre Rússia e Ucrânia, as ditaduras vigentes na Venezuela (Nicolás Maduro), em Cuba (Miguel Díaz Canel), Nicarágua (Daniel Ortega), Coreia do Norte (Kim Jong-Un), os conflitos armados na África (Sudão, Nigéria, Ruanda, Mali), os problemas com a liberdade religiosa na Arábia Saudita, o trato com os imigrantes latino americanos, africanos e asiáticos por parte das grandes potências econômicas, entre outros.

Atualmente, mais um processo que se apresenta em escala mundial vem contribuindo, por vez, para uma maior diversificação das atividades humanas e, por outras vezes, para uma maior unificação das mesmas, ora para propagar e difundir os ideais de liberdade defendidos pelos direitos humanos, ora pra asseverar as desigualdades oriundas do sistema vigente, ele é a globalização. Santos (2001, p. 22) nos fala que “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Outrossim, (Ibidem, p.19) o autor nos diz que:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2001, p. 19).

Já em Freire (1996, p.65), vemos que ele corrobora com a ideia que “O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano (...)”. A partir de então, podemos observar a multiplicidade de questões, ideias, posicionamentos e particularidades que estão envolvidas nas discussões referentes aos direitos humanos. Mas como no decorrer da história esse embate de forças foi sendo paulatinamente e dialeticamente trazidas para centro do debate? Quem ousou discutir sobre direitos humanos em escala mundial? Quais avanços e retrocessos foram sendo configurados nesse movimento discursivo dialético? São questões que não calam e precisam ser dissecadas em nossos diálogos.

Logo após a 2ª Guerra mundial (1939-1945), alguns dos países participantes e outros que por ela foram afetados, se reuniram e decidiram pela fundação de uma instituição que deveria prezar pela manutenção da paz mundial e pela mediação de conflitos, seu nome é Organização das Nações Unidas (ONU). Como resultado, em 26 de junho de 1945 foi fundada a ONU, tendo como sede a cidade de São Francisco nos Estados Unidos e como participantes 51 nações, entre elas as vencedoras da 2ª guerra (EUA, URSS, Inglaterra, França), que foram consideradas membros permanentes do Conselho de poder e veto.

A partir de então, algumas discussões sobre os direitos humanos foram sendo trazidas para o centro dos debates entre as nações, o que contribuiu para uma maior notoriedade e para uma busca incessante da legitimação dos direitos da pessoa e do cidadão. Nesse momento os horrores das guerras estavam latentes, visíveis e suas consequências advinham diariamente sobre todos os participantes e sobre todas as pessoas do planeta.

Como consequência positiva oriunda dessas observações, nasceu o germen das propostas impulsionadoras dos direitos humanos em escala mundial, essa foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento deu maior notoriedade as necessidades das pessoas comuns, concedendo-as prioridades, ainda que de forma bastante elementar. Portanto, as pessoas que até então não haviam tido oportunidades, nem direito a fala, e nenhuma legitimidade para se expressar e se colocar como cidadão possuidor de direitos, passaram a ver-se representadas de alguma forma.

Essa declaração foi promulgada em 10 de dezembro de 1948, em Paris, e se apresenta como uma vereda conquistada, sendo uma alternativa que abriu caminhos diversos e grandes portas para a criação de outros documentos, contribuindo para a implantação e consolidação da democracia em diversas nações do planeta.

Portanto, esse documento é um acordo entre as nações que propõe trazer para a história, momentos menos tensos e mais amistosos entre os povos. Mas como um acordo que é mundial, pode ser respeitado, propagado e reafirmado por todos, tendo como base uma sociedade tão plural? Pois, sabemos que esses avanços não serão iguais em todas as regiões e nem ocorrerão no mesmo espaço de tempo, afinal estamos falando de uma multiplicidade, em um contexto de mais de 8 bilhões de pessoas, além das influências exercidas pelo poder hegemônico que impera.

A Declaração Universal em seu preâmbulo traz algo muito interessante e que nos chama atenção pela sua abrangência, tanto no que diz respeito a sua universalidade, quanto ao que tange a educação em direitos humanos, ela expõe que:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Ao observar o fragmento exposto, podemos identificar o documento como uma base norteadora, que buscou aglutinar todas as dificuldades possíveis e suas possíveis propostas de encaminhamentos, para uma resolução de problemas em escala local, nacional e mundial. Essa universalidade se expande também a todos os indivíduos e também a todos os órgãos que formam a sociedade, seja ele ligado à saúde, à educação, à justiça, à segurança pública, ou à quaisquer outros. Ou seja, essa universalidade não está restrita apenas a questão geográfica, mas ela vai além e adentra as questões individuais - entendimento individual dos temas abordados – que perpassa pelas estruturas que estão presentes nas sociedades. Ele se configura como um trabalho atemporal, coletivo, multidisciplinar e progressivo.

A seguir, o Quadro 3 apresenta alguns marcos mundiais relacionados ao processo de evolução dos direitos humanos, bem como os seus principais objetivos:

Quadro 2 – Alguns marcos mundiais dos direitos humanos.

DOCUMENTO	ANO	PROPÓSITO
<i>Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial</i>	1965	Eliminar a exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência na origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou como efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.
<i>Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos</i>	1966	Corroborar com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.
<i>Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais</i>	1966	Garantir conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o ideal do ser humano livre, liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado a menos que se criem as condições que permitam a cada um gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais, assim como de seus direitos civis e Políticos.

<i>Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação Contra a mulher</i>	1979	Aplicar os princípios enunciados na Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, para isto, a adotar as medidas necessárias a fim de suprimir essa discriminação em todas as suas formas e manifestações.
<i>Convenção sobre os Direitos da Criança</i>	1989	Asseverar a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento.
<i>Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias</i>	1990	Defender os direitos de todos os trabalhadores migrantes e aos membros das suas famílias sem qualquer distinção, fundada nomeadamente no sexo, raça, cor, língua, religião ou convicção, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, posição econômica, patrimônio, estado civil, nascimento ou outra situação.
<i>Declaração e Programa de Ação de Viena</i>	1993	Reafirmar o empenho solene de todos os Estados em cumprirem as suas obrigações no tocante à promoção do respeito universal, da observância e da proteção de todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais para todos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, com outros instrumentos relacionados com os Direitos Humanos e com o Direito Internacional. A natureza universal destes direitos e liberdades são inquestionáveis.
<i>Declaração de Salamanca</i>	1994	Assegurar a educação de pessoas com deficiências como parte integrante do sistema educacional.
<i>Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos e Planos de Ação - fases I, II e III</i>	Programa Mundial de EDH – 2004 Plano de ação I – (2005 – 2007) Plano de Ação II – (2010-2014) Plano de Ação III – (2015 – 2019)	Propor estratégias de educação em direitos humanos nas diversas áreas da sociedade, fortalecer os estudos dos direitos humanos através de políticas públicas.

Fonte: Informações sistematizadas pelo autor, 2023.

O quadro acima nos mostra a evolução dos direitos humanos nas mais diversas áreas e em décadas distintas. Nesse ínterim, as discussões e os debates tornaram-se ainda mais evidentes e intensos nas diversas partes do mundo. Sendo assim, um mundo em constante mudança, exige leis e documentos que sempre estejam sendo observados e reavaliados, com o propósito de revalidar as decisões e os acordos que foram propostos.

Podemos ver que com o decorrer das décadas, novos assuntos foram sendo colocados em pauta e outros, ainda começam a aparecer. Essas temáticas variam desde a questão racial e passam pelos direitos políticos e econômicos e, por fim, se entrelaçam com a educação. Pois, ficou notório, que não haveria mudanças sem práticas que não estivessem diretamente associadas, interconectadas e imbricadas com a educação. Em relação ao debate sobre educação em direitos humanos Silveira (2014, p. 80) afirma: “À medida que se constitui e se institui a cultura de direitos humanos, vai se constituindo e instituindo uma *pedagogia dos direitos humanos*, imprescindível para que estes sejam socializados”. (SILVEIRA, 2014, p. 80 grifo nosso)

No Brasil, a cultura dos direitos humanos ainda é algo muito recente, ou seja, está em construção e em constante reafirmação. Essa história se cauciona após o período obscuro da ditadura militar, que perdurou entre 1964 a 1985 e passou por governos de uma severidade absurda e por descasos escabrosos com os direitos humanos. Nesses momentos, aparecem nomes que deram fôlego a todo esse arsenal de desrespeitos, entre eles: General Castelo Branco (1964-1967), General Costa e Silva (1967-1969); General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); General Ernesto Geisel (1974-1979); General João Figueiredo (1979-1985).

Indubitavelmente, esse foi um período de eclosão de muitos movimentos em prol da democracia e da validação dos direitos humanos em diversas partes do Brasil. Logo após 1985, um novo momento ascende e traz consigo uma luz no fim do túnel, esse momento é conhecido como período de redemocratização. Analisando a palavra, podemos ver que o prefixo ‘RE’ nos traz uma ideia de ‘novamente’, ou seja, trazer de volta a democracia.

Em contraste a todo esse contexto, haviam inúmeros grupos, que lutavam em cada estado do Brasil para que algo novo tomasse forma, para que se concretizasse uma ideia, que até então só existia no imaginário de uma população, a ideia de uma sociedade livre, democrática e que tivesse direito de expressão. Portanto, esses eram fomentadores dos princípios democráticos. Para Apple (2003) a educação é um espaço de luta e reconciliação. Serve de arena para batalhas maiores, sobre o que nossas instituições devem fazer, o caminho que devem andar, como tomar outras decisões, ou seja, é um espaço destinado a reflexão, a ação e de luta.

Como consequência desses embates no Brasil, temos mudanças significativas, que já ocorreram no final do século XX e continuaram a se moldar, ganhando espaço ainda no início do século XXI. Em relação aos documentos produzidos para a defesa dos direitos humanos, todas as áreas da sociedade foram impactadas pelas transformações oriundas deles, que

trouxeram consigo oportunidades de cada pessoa ser respeitada e esclarecimentos sobre como respeitar e dialogar com os diversos agentes da sociedade.

5.2 A relação entre educação em direitos humanos e a busca por uma formação omnilateral

"A educação deve possibilitar ao corpo e à alma toda a perfeição e a beleza que podem ter".

Platão

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey

"Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra".

Anísio Teixeira

A educação e a formação de seres humanos, se apresentam como temas bastante relevantes em todas as épocas e contextos sociais, elas trazem consigo a preocupação da perpetuação da espécie e a necessidade da criação de novas formas de adaptação a realidade vivenciada pelos humanos em um planeta com grande diversidade natural.

Sendo assim, a educação é indispensável para a evolução intelectual das pessoas, para a criação de novas formas de vivências, de novos objetos e também de outros produtos, que auxiliarão na produção cultural da humanidade no planeta Terra.

Para nos ajudar nessa discussão sobre educação, trouxemos frases de três grandes pensadores: o filósofo Platão (427-347 a.C.), o pedagogo e filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952) e o advogado e teórico da educação Anísio Teixeira (1900-1971). Ao observá-los, podemos ver que eles foram pessoas que viveram em épocas distintas, em sociedades totalmente diferentes e tiveram formações distintas, mas algo os une, o diálogo sobre educação.

Dessa forma, todos eles se empenharam em discutir sobre essa temática e deixar suas contribuições, pois entendiam a importância da formação da pessoa e a necessidade dela para a organização de uma sociedade mais respeitosa e que vislumbrasse um futuro regado por conquistas, que beneficiariam todo o coletivo.

O que nos chama atenção é que os três estudiosos, mesmo estando inseridos em realidades diferentes, falaram em suas frases sobre coisas semelhantes. Ao observar Platão, que não foi contemporâneo nem de John Dewey, nem de Anísio Teixeira, vemos que ele expôs sobre uma forma de educação que contemplasse o corpo e a alma, sobre algo que não fosse concentrado apenas no intelecto, mas que transcendesse esse aspecto humano.

Já John Dewey e Anísio Teixeira foram contemporâneos e compartilharam algumas de suas ideias do que seria a educação e qual a sua finalidade. Sendo assim, podemos observar através das frases, que eles consideravam a educação como a própria vida, como algo que não poderia ser dissociado daquilo que o ser humano é, como sendo algo intrínseco e necessário a todas as pessoas, como um processo social que auxilia no crescimento e no desenvolvimento do ser em sua completude.

Portanto, pensar o ser humano de forma completa, se apresenta como a melhor opção ou alternativa para prepará-lo em todas as áreas nas quais ele é formado, pois só assim é possível entender a constituição da pessoa, facilitando o desenvolvimento de metodologias e estudos que contribuam para essa façanha, para uma formação omnilateral.

Segundo Fonte (2014, p.388), o termo omnilateral aparece pela primeira vez nos manuscritos filosóficos de 1844, no contexto explicativo do tornar-se humano.

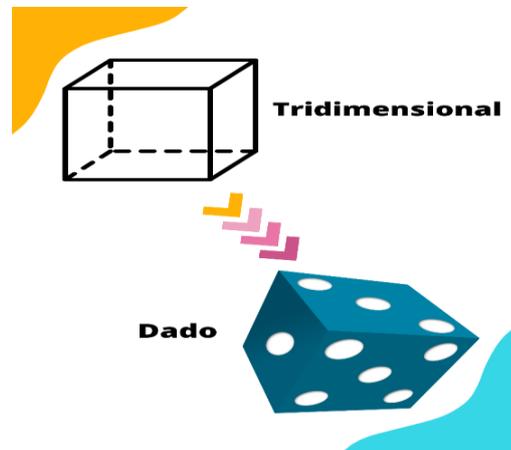
O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana [...]. (MARX in FONTE, 2004, p. 388)

Logo, o termo omnilateralidade em um sentido mais abrangente significa: algo completo, geral, universal, pleno, com todos os lados. Ou seja, quando falamos de educação, ela seria simbolizada por um enfoque que englobe todas as áreas que constituem o ser humano, todas elas devem ser exploradas, desenvolvidas e trabalhadas, sempre levando em consideração as particularidades de cada pessoa e o coletivo social. Bacinski (2016) nos traz uma definição mais completa do que seria essa educação omnilateral, segundo ela:

A omnilateralidade é o desenvolvimento da sensibilidade humana de forma ampla, abrangendo a sensibilidade artística, científica, política, profissional, técnica, física, e os sentidos – visão, olfato, paladar, tato e audição – e considerando no entanto, que a formação intelectual abrange tanto a razão quanto a emoção – ética e estética (BACZINSKI, 2016, p. 63).

Podemos exemplificar a ideia da omnilateralidade usando a geometria através de um dado e de um cubo. Observe o esquema abaixo:

Esquema 1: A geometria usada para exemplificar a omnilateralidade



Fonte: Informações organizadas pelo autor, 2023.

Ao observar o cubo de forma tridimensional, podemos destacar todos os seus lados (faces) que formam algo inteiro, evidenciando suas arestas, que são as linhas resultantes do encontro de duas faces e as vértices que são caracterizadas pelos pontos de encontro das arestas. Logo, não existiria o cubo sem uma das faces, nem sem as arestas e vértices, que colaboram para a interligação dos diversos lados da figura. Dessa forma, podemos refletir que cada lado ao se encontrar e formar um algo completo, representa o que é inteiro, geral, pleno, nos remetendo ao conceito de omnilateralidade.

Sendo assim, ao levarmos em consideração o dado que é um objeto que possui o formato de um cubo, e que também é usado em diversos jogos, temos em todas as suas faces números que variam entre 1 e 6, sem os números o dado não teria nenhuma funcionalidade para o jogo. Ou seja, cada lado tem suas particularidades, que devem ser vistas individualmente, mas sempre integradas as demais, nunca perdendo a noção de complementaridade. Pois, sem um dos números o dado perde parte de sua funcionalidade, o que nos remete mais uma vez ao conceito de omnilateralidade e de educação omnilateral. Para Manacorda (2017) o conceito de omnilateralidade é:

Omnilateralidade é, portanto, a chegada do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais os trabalhadores tem estado excluídos em consequência da divisão do trabalho. (MANACORDA, 2017, p. 90).

Mas como alcançar tal grau de integração em uma sociedade totalmente partimentada, dividida em classes, individualista e que não preza pelo bem coletivo? Como a educação em direitos humanos pode contribuir sendo uma das pontes que podem levar ou conduzir a sociedade atual para uma formação omnilateral? Quando iremos alcançar tal façanha? Ciavatta (2014) nos mostra que sua origem remonta a educação socialista, que pretendia formar o ser humano em sua integralidade, assim como sonharam alguns utopistas do renascimento, como Comenius e alguns socialistas utópicos da primeira metade do século XIX.

Por consequência do avanço do capitalismo e de todos os seus ideais em cada parte do planeta, a ideia de omnilateralidade foi a cada dia sendo invadida pela concepção unilateral ou unilateralidade. Ao contrário da primeira em que todas as potencialidades do cidadão são exploradas, a segunda busca apenas usufruir da mão de obra do trabalhador, sem preocupar-se com a sua formação como pessoa, que faz parte de uma sociedade e que preza por valores que beneficiem a todos, a coletividade.

Essa unilateralidade, ou supervalorização de apenas um dos lados, acaba por reduzir o homem a apenas uma peça dessa grande engrenagem que é o sistema capitalista, retirando dele suas vontades, desejos e, porque não, direitos, deixando-o alheio a realidade vivenciada e causando-lhe estranhamento.

Todas essas características citadas, expõem a situação de uma pessoa que lhe foi amputado um futuro de descobertas e de direitos de escolha, suas capacidades de pensar e intervir sobre a realidade, as oportunidades de interações com outras situações cotidianas, diferentes das por ela vivenciadas e que lhes trariam outras formas de ver o mundo, resumindo, plena mutilação intelectual.

Como resultado, a unilateralidade além de todas as características negativas que foram apresentadas, ainda asseverou mais a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Sobre esse conceito, Baczinski (2016, p. 59) nos diz: “o desenvolvimento unilateral consiste na mutilação das capacidades humanas, limitando o desenvolvimento às necessidades do modo de produção”. Ou seja, todas as instâncias, agentes, instituições, inclusive a escola, são influenciadas pela proposta unilateral em detrimento à omnilateral.

Ao vivenciar o apogeu da industrialização e observar as dificuldades oriundas desse sistema, Karl Marx propôs uma nova forma de educação, já que muitas crianças e jovens trabalhavam nas fábricas, e todas advindas de classes sociais pobres, sendo usadas pelos grandes empresários da época para obtenção de mais lucros.

Com o propósito de trazer novas perspectivas para essas crianças e reduzir as disparidades entre filhos dos trabalhadores e filhos dos donos das fábricas, trabalho manual e trabalho intelectual, Marx se colocou em diversos documentos, entre eles o Manifesto comunista de 1948. Porquanto na décima medida mostrada nele e aplicada aos países mais desenvolvidos, Marx e Engels (2012, p. 13) expuseram que deve acontecer “educação pública e gratuita para todas as crianças. Eliminação do trabalho infantil nas fábricas em sua forma atual. Associação da educação com a produção material, etc.”

Nesse momento da história, era algo corriqueiro a presença de crianças trabalhando nas fábricas, por isso, ele citou de forma bastante incisiva a educação pública e gratuita para as crianças, já que as crianças de classes ricas eram privilegiadas com a oportunidade de frequentar escolas. Ele também propôs a eliminação do trabalho infantil na forma atual, ou seja, tornando-se um operário produtivo, a partir dos 9 anos. Lembremos que trabalhando nas fábricas, existiam crianças com idades ainda menores e que conseguir esse avanço, significaria muito.

Essas crianças deveriam estar subdivididas em três grupos, sendo eles de faixas etárias distintas e com horas de trabalho diferentes: 9 aos 12 anos (2 horas); 13 aos 15 (4 horas); 16 aos 17 (6 horas). Logo, a associação da educação com o trabalho deveria ser parte integrante da vida das crianças e jovens da sociedade da época.

Para que todo esse projeto pudesse ocorrer Marx (1982) propôs no documento intitulado de Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório, que a educação deveria ter algumas bases inegociáveis para uma formação omnilateral do trabalhador, que são: primeiramente educação mental, segundo educação física e por último instrução tecnológica. Para ele, esse modelo de educação conseguiria englobar os diversos aspectos do ser humano, sempre levando em consideração o contexto socioeconômico e político vigente da época.

Com o avanço tecnológico, a globalização e a disseminação das ideias capitalistas, liberais e neoliberais, nasceu a necessidade de observação, formação e desenvolvimento de uma forma de educação que contemplasse outras novas áreas, além das citadas por Marx e mostradas anteriormente.

Atualmente, áreas como a intelectual, corporal, artística, emocional, política, tecnológica, estética, virtual, cultural, entre outras, necessitam ser desenvolvidas e discutidas na perspectiva desse tipo de formação, como meio de ultrapassar as dualidades e as desigualdades existentes em nossa sociedade, algumas dessas dualidades são: trabalho mental x trabalho manual; trabalho simples x trabalho complexo; cultura geral x cultura técnica. Em relação ao que está sendo discutido Apple (2003, p.51) nos diz que: “Desse modo, de acordo

com uma série de variantes do neoliberalismo as escolas não são só transformadas em bens de mercado, os nossos filhos também são”.

Portanto, o trabalho associado ao ensino, que visa uma educação que contempla as diversas áreas do ser, é denominado educação omnilateral, a qual também sofre influência de inúmeros pensadores, entre eles podemos citar Gramsci e o conceito de escola unitária, que visava além de outros aspectos, a formação cultural e humanística do cidadão.

Em virtude da realidade produzida pelo sistema capitalista e todos os seus ideais, passamos a nos questionar como seria vivenciar uma educação omnilateral em um sistema que busca formar unilateralmente. Seria uma façanha quase que impossível ou uma utopia? Moura, Filho e Silva (2015) em seu trabalho trazem uma reflexão bastante pertinente sobre a realidade, no que tange ao cotidiano da educação vivida por cada pessoa que está envolta por esse sistema, eles afirmam:

As políticas educacionais dos anos 1990 estabeleceram, em seu conjunto, a separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional e submeteram o currículo à pedagogia das competências, intensificando o caráter instrumental da educação, especialmente no campo da educação profissional (MOURA, FILHO E SILVA, 2015, p. 1073).

Corroborando com a ideia Mészáros (2008) menciona:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão ao sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...]. (MÉSZÁROS, 2008. p. 35).

É nítida a intenção de uma formação que leve o cidadão a apenas se colocar como pessoa da força de trabalho, não tendo todas as suas potencialidades exploradas e nem uma preparação para uma vida social visando o bem coletivo, mas o individual. Nessa perspectiva, nasce a necessidade de uma formação omnilateral e integrada aos direitos humanos.

Em virtude da necessidade de uma formação que contemple todas as áreas que compõem o ser humano e que prepare para essa vida em uma sociedade respeitosa, vislumbra-se uma urgência do uso da pedagogia histórico-crítica, associada à educação em direitos humanos.

Pensar sobre o ser humano é também pensar sobre a realidade que o rodeia, sobre as intenções do que está sendo ensinado, sobre as desigualdades de acesso aos bens naturais, também culturais e sociais produzidos pela sociedade, é discutir sobre a sua história. Sendo

assim, o ser humano não pode ser visto como completo, sem a reflexão sobre a realidade econômica, social e a cultura na qual ele está inserido. Tudo isso faz parte da pedagogia histórico-crítica. Saviani (2013, p. 13) sobre essa pedagogia nos diz: “conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade, que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens”.

Essa pedagogia se materializa em cada sala de aula, quando o professor é inquietado pela realidade que o rodeia e começa a questioná-la, envolvido por um mar de interrogações que o cercam. Tendo, logo após, o desejo de expandi-la a toda comunidade, através de debates e discussões direcionados e aos seus alunos, através de metodologias que alcancem suas necessidades e elucidem essa realidade.

Dessa forma, educar para os direitos humanos é observar a realidade, o que nos leva a sentir a necessidade das pessoas, e como consequência, se utilizar de uma pedagogia que questione as situações e desenvolver ações e metodologias que materializem ou explicitem todo esse contexto, com o intuito de transformá-lo, o que se caracteriza como uma das pontes para alcançar essa educação omnilateral.

A fim de trazer novas perspectivas à realidade vivenciada, no que tange as práticas políticas, as relações de trabalho, ao convívio entre as pessoas e a construção de um futuro diferente e menos concentrado nas questões econômicas, urge a formação de uma nova sociedade, mais empática e ligada a novos valores. Portanto, eles devem ser menos individualistas, o que expõe ainda mais a interligação entre formação omnilateral, direitos humanos e uma nova pedagogia, que seja observadora, questionadora e transformadora de realidades.

Morin (2011, p. 33) falando sobre uma educação emancipatória traduz: “uma educação para uma cabeça bem-feita, que acabe com a disjunção entre as duas culturas, daria a capacidade para se responder aos formidáveis desafios da globalidade e da complexidade na vida cotidiana, social, política, nacional, mundial”. Essa é a educação que desejamos nos moldes de uma sociedade democrática. Mas verdadeiramente é possível alcançar esse grau de desenvolvimento? O que devemos fazer para alcançá-lo?

Primeiramente, devemos deixar claro que no modelo social e econômico que vivemos é quase impossível que uma educação omnilateral seja implantada, pois existe todo um sistema orquestrado contra as ideias, que podem trazer novos horizontes para a sociedade. Mas ela aparece como uma ponte ou um caminho que nos leva até o objetivo proposto, é uma alternativa viável e concreta para essa travessia.

Segundo, para alcançarmos tais mudanças e a implantação dessa educação omnilateral, é necessária uma mudança estrutural no sistema vigente, que gerará transformações na forma de ver e vivenciar a educação, alterações na formação de professores e modificações nas práticas pedagógicas desses profissionais (novas metodologias). Com certeza, investir nessa nova visão de mundo é visto como um passo importantíssimo para essa transformação, que objetiva uma realidade mais equitativa e menos segregativa.

Sendo assim, a luta pelo desenvolvimento do ser humano e de suas capacidades, a transformação social e o empenho pela implantação da verdadeira dignidade, justiça e felicidade, são alvos a serem alcançados por cada pessoa em sua área social de atuação. Deixemos claro que a educação omnilateral associada a educação em direitos humanos, não se revela como a panaceia para todas as dificuldades observadas no planeta terra, mas sim como algo promissor e importante para a mudança de concepções, pois sem educação é impossível o desenvolvimento, e sem ela a ponte entre sociedade e conhecimento torna-se intransponível. Então demos mais um passo!

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. Repercussões da Reforma do Ensino Médio e da BNCC sobre o currículo e cotidiano da Escola Jocelyn Velloso Borges

A reforma do novo ensino médio, normatizada através da lei 13.415/2017, trouxe consigo inúmeras mudanças que estão começando a chegar nas escolas de educação básica. Essas transformações são gradativas e foram iniciadas no ano de 2022 em todo o Brasil, a princípio com as turmas de 1ª série do ensino médio, sendo as demais séries alcançadas nos anos subsequentes de 2023 (2ª série) e 2024 (3ª série).

Entre as principais mudanças que podemos destacar temos: ampliação da carga horária para, pelo menos, 1000 horas anuais; direitos e objetivos de aprendizagem nas áreas de conhecimento; obrigatoriedade de estudos e práticas de educação física, arte, filosofia e sociologia; 1800 horas de BNCC e 1200 horas de base diversificada; construção do projeto de vida do aluno e formação integral; itinerários formativos e profissionais com notório saber lecionando.

Todas essas modificações trouxeram para o cotidiano escolar muitas alterações, adaptações, e geraram discussões sobre como seria essa implantação nas escolas e quais seriam as estratégias necessárias utilizadas para auxiliar nessa nova etapa da educação brasileira. Igualmente, trouxeram muitas instabilidades, dificuldades e problemas de desvalorização de algumas ciências e outros componentes na sala de aula, o que contribui para um enfraquecimento em algumas áreas, sempre vistas como importantíssimas para a formação do cidadão, a exemplo da Geografia.

Sem dúvida, uma das maiores dificuldades que se apresenta nessa nova conjuntura educacional, além das inúmeras já existentes, está ligada ao trabalho docente, isso porque o professor, na maioria das vezes não se sente preparado para atuar no novo ensino médio, devido a inexistência ou a pequena oferta de formação continuada. Pois é nítido a necessidade de aprofundamento nos assuntos concernentes a esse novo documento (Lei 13.415/2017) e a sua materialização nas milhares de salas de aula em todo o Brasil, o que não é tarefa fácil em um contexto tão diverso.

Nesse caso, a Lei 13.415/2017 se constitui como um dos componentes do pacote de mudanças conservadoras impostas pelo governo de Michel Temer à sociedade brasileira, especialmente à classe trabalhadora. Esse pacote recoloca o Brasil nos trilhos ortodoxos do neoliberalismo e,

consequentemente, da globalização do capitalismo, de maneira subalterna e periférica, e, como parte dele, a educação é realinhada aos ditames do mercado, cujo exemplo é o chamado novo Ensino Médio instaurado com essa lei. (FARIAS, 2020, p. 2)

Na ECI Jocellyn Velloso Borges, a equipe teve grande dificuldade de assimilar as questões relacionadas aos componentes serem agrupados em áreas de conhecimento e com carga horária reduzida, como é o caso da Geografia, História, Sociologia, Filosofia. Também a supervalorização da parte diversificada (projeto de vida, colabore e inove, práticas experimentais, estudo orientado, entre outros) em detrimento dos componentes que já faziam parte da grade curricular.

Alguns desses que foram implementados no currículo, não possuem conteúdos sistematizados, nem objetivos claros, ficando muitas vezes a cargo do improvisado. Haja vista, que o problema se amplia diante da carga horária a eles destinada, o que culmina num esvaziamento dos conteúdos, de objetivos, causando desestímulo em alunos e professores.

Devido a essa infinidade de transformações, a escola em sua essência foi impactada, o que causou menor reflexão sobre as questões ligadas aos direitos humanos e sobre sua importância para a mudança de vida das pessoas da comunidade. Embora sempre estivesse aberta às mudanças e disposta a discutir sobre essas temáticas, tendo boa receptividade por parte dos alunos, dos funcionários, dos professores e de toda a comunidade escolar.

Levando em consideração as observações e os questionários aplicados na instituição, as principais dificuldades encontradas na Escola Cidadã Integral Jocellyn Velloso Borges, que atrapalham a propagação de uma educação fundamentada nos direitos humanos para uma formação integral do cidadão, foram:

Entre os alunos: a dificuldade que apresenta o maior número de referências (oito citações) é o interesse e envolvimento dos próprios alunos nas atividades desenvolvidas pela escola, isso ocorre em todas as séries. Outros, citaram a dificuldade dos professores em trabalhar as temáticas ligadas aos direitos humanos (por falta de conhecimento teórico ou problemas com as metodologias), falta de material didático e a infraestrutura deficitária (problemas na infraestrutura da escola) também foram citados. Por consequência, eles acabam reconhecendo que essas fragilidades impactam o debate concernente aos direitos humanos. Dois alunos da 1ª série falam que não há dificuldades, pois, segundo eles, a direção escolar fortalece esses direitos, e dois alunos da 3ª série afirmaram que não há nenhuma dificuldade. Em suma, os próprios alunos reconheceram que os maiores obstáculos para a propagação de uma educação

em direitos humanos, advém deles mesmos e isso seguido da dificuldade dos professores em trabalhar essas temáticas no contexto dessa nova escola, esvaziada de conteúdos e com práticas improvisadas. Todo esse comportamento observado, pode ser produzido pela vivência da realidade social e econômica na qual a comunidade está inserida (baixa renda, pobreza, entre outros).

Fala do Aluno da 1ª série: *“O interesse de grande parte dos alunos da escola e também a colaboração deles, pois em sua grande maioria, não respeita ou não participa das ações”*

Entre os professores: esse grupo trouxe inúmeras dificuldades que atrapalham a propagação da educação em direitos humanos, entre elas podemos citar: a falta de envolvimento ativo de toda a comunidade nas ações desenvolvidas pela escola, falta de conhecimento sobre o tema dos direitos humanos, carga horária excessiva, ênfase excessiva da escola integral na parte diversificada do currículo, deficiência na formação profissional docente, falta de iniciativa da gestão, falta de material didático. Os docentes conseguiram identificar os diversos problemas que se apresentam na escola, alguns desses estão ligados ao modelo de gestão da ECI's na Paraíba (carga horária excessiva) e outros ao novo ensino médio (ênfase na parte diversificada). Isso prova que a equipe está atenta a sua realidade, refletindo à urgência por mudanças nas diversas áreas. Entre os itens mais citados aparecem o maior engajamento dos estudantes e de seus familiares no processo, o que também foi detectado como prioridade nas respostas dos estudantes.

Fala de uma das professoras: *“O envolvimento ativo de toda a comunidade escolar, falta de conhecimento de alguns quanto a importância de uma educação fundamentada nos direitos humanos”*.

Entre os gestores: A gestão destaca como problema principal, a falta de engajamento e de compromisso da família e dos próprios alunos com as ações desenvolvidas na escola, pois grande parte da comunidade não se interessa para uma participação ativa nessas ações. Outro problema apresentado é a estrutura física da escola, que apresenta muitos problemas estruturais e de conservação (má conservação dos banheiros, falta de climatização, problemas na parte hidráulica, entre outros), o que acaba por atrapalhar o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem. Assim como nos grupos anteriores, esse também reconhece a necessidade de empenho por parte dos alunos e da interação e participação dos pais nesse processo, para que

haja um maior entrosamento entre família e escola, o que proporcionará desenvolvimentos para toda a comunidade.

Fala de um dos gestores: *“a estrutura física é uma das principais dificuldades, estrutura familiar, falta de engajamento dos alunos em ações ligadas as novas metodologias”.*

No questionário também foi perguntado aos três segmentos, o que pode ser feito para melhorar as questões ligadas aos direitos humanos na ECI Jocelyn Velloso Borges? Nessa questão, cada participante poderia marcar mais de uma alternativa e também fazer algum comentário, caso desejasse. Entre as inúmeras respostas, obtivemos:

Tabela 3: Propostas para melhoria das questões ligadas aos direitos humanos na ECI Jocelyn Velloso Borges.

Propostas	Alunos	Professores	Gestão
Cursos de Formação de Professores	3	9	2
Incentivar novas metodologias para serem usadas pelos professores	13	6	2
Palestras com pessoas ligadas à área de Direitos Humanos	13	9	2
Novas Políticas Públicas direcionadas para o interior da escola	4	4	1
Mobilizações proporcionadas pela comunidade escolar	6	6	2
Maior Engajamento da Gestão Escolar no que concerne ao tema proposto	8	6	1
Maior participação dos alunos em ações ligadas aos direitos humanos	19	7	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Entre os alunos: entre as opções que falam sobre as melhorias na escola, temos em primeiro 1º lugar - a necessidade da participação dos alunos em ações ligadas aos direitos humanos; em 2º lugar – incentivar novas metodologias para serem utilizadas pelo professor, junto com palestras ligadas à área; em 3º lugar – maior engajamento da gestão escolar; e em 4º lugar – mobilizações proporcionadas pela comunidade escolar. Nos comentários, os alunos, mais uma vez, colocam a necessidade da maior participação discente para a concretização desse projeto, deixando claro a necessidade de protagonismo juvenil. Eles acreditam que os professores conhecem sobre o tema, mas tem dificuldades de trabalhar em sala.

Fala da aluna da 1ª série: *“Acho que os alunos deveria mais interagir mas nas aulas, para gente tentar entender melhor”*

Entre os professores: por ordem de escolha nove professores optaram por cursos de formação e palestras com profissionais ligados à área, isso representa uma necessidade de formação continuada por parte dos docentes, já que existem algumas formações (on line) proporcionadas pelo governo do estado, mas na maioria das vezes são ligadas a propulsão em matemática e língua portuguesa e não às temáticas dos direitos humanos. Mas, quando as formações com temáticas de direitos humanos ocorrem, isso de forma esporádica, o pouco tempo dos docentes não os permitem participar, pois se sentem cansados e sobrecarregados. Ainda, sete deles optaram pela maior participação dos alunos em ações ligadas aos direitos humanos. Através desses dados, podemos observar que há uma fragilidade em relação as temáticas, por parte dos profissionais que atuam na escola. Outros optaram por incentivar novas metodologias e também pelas demais alternativas. Portanto, todos os itens foram escolhidos, o que mostra a urgência de melhorias nas diversas áreas e nos diversos agentes. Alguns professores em suas falas destacam a responsabilidade da instituição, nas pessoas do trio gestor, para uma maior integração e importância da temática no cotidiano escolar. Sendo assim, a principal melhoria não está ligada somente aos alunos, mas também aos próprios professores, que reconhecem que a escola também depende deles, o que diverge, a princípio, da opinião dos alunos.

Fala de um professor: *“a priorização de cursos de formação para professores seria determinante para a melhoria, pois a formação continuada docente acompanharia uma melhor qualificação de ensino”.*

Entre os gestores: todos os itens apresentados foram marcados como importantes para essa melhoria, mas os que se destacaram foram a formação de professores e o incentivo às novas metodologias para serem usadas pelos docentes. Portanto, a gestão reconhece que são necessárias muitas ações para melhoria da situação atual, a mais urgente sendo em relação aos professores. A fim de capacitar os docentes, a formação continuada desenvolvida através de diversas instituições, seria uma importante saída para os inúmeros problemas que se apresentam no interior das escolas, relações mais estreitas entre as escolas e as universidades seriam boas oportunidades para instigar esses processos formativos. Um dos gestores trouxe à necessidade de maior engajamento dos componentes do trio gestor nas ações.

Fala de um dos gestores: *“Toda ação que vem beneficiar aos alunos deve ser bem vinda”*

Em resumo, é nítido que a comunidade pensou e refletiu de forma mais aprofundada sobre a proposta da Escola Cidadã Integral na Paraíba, trazendo consigo reflexões importantíssimas no que tange a ECI Jocelyn Velloso Borges. Dessa forma, muitos problemas que ocorrem na instituição foram explicitados e discutidos pela comunidade, o que gera propostas para mudanças, que se materializam em novos e promissores procedimentos metodológicos, ações interdisciplinares, sendo todas elas baseadas em uma realidade estudada *in loco*.

5.2. As propostas político-pedagógicas e metodológicas da Escola Cidadã Integral Jocelyn Velloso Borges e suas relações com a educação em direitos humanos

Como parte integrante da pesquisa, se fez necessário ir em busca de alguns documentos oficiais da escola, entre eles o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Interno, os guias de aprendizagem de alguns docentes.

Ao analisar os documentos, ficou claro que a ECI Jocelyn Velloso Borges traz neles trechos que tratam sobre os direitos humanos, o que nos prova a busca por meios que visem discutir sobre as relações existentes entre a educação em direitos humanos e a formação integral dos alunos. Entretanto, sabemos que, muitas vezes, algumas coisas que estão expostas nesses escritos, não conseguem ganhar corpo, nem ter uma execução concreta no cotidiano da instituição.

Abaixo traremos alguns trechos oriundos do PPP (Projeto Político Pedagógico), do Regimento Interno e dos guias de aprendizagem, que mostram comentários, propostas e orientações para o trabalho pedagógico executado na instituição.

O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes cristalizados e desemboque em um processo de produção e de apropriação de crescimento, possibilitando assim, que o cidadão torne-se crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade, através das interações sociais que trarão fundamentos para o projeto de vida de cada cidadão. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, p. 14).

Art. 83 São direitos dos alunos estabelecidos de acordo com a Lei Federal nº 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN, Decreto Lei nº 1.044/69 e Lei nº 6.202/75 (REGIMENTO INTERNO, p. 25)

Podemos perceber a importância da formação da consciência política no jovem, pois esta contribui para a sua constituição de cidadania, onde o mesmo não deve buscar somente os seus direitos, mas também os deveres dentro da sociedade. Esses conteúdos estão interrelacionados as habilidades de leitura e interpretação de textos, gráficos, tabelas e outros gêneros textuais trabalhados pelos professores de propulsão e também a educação em direitos humanos. (GUIA DE APRENDIZAGEM)

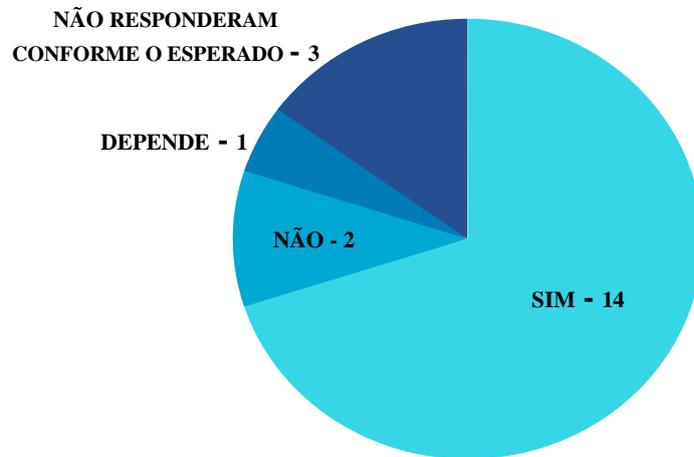
Levando em consideração os trechos apresentados, é nítida a preocupação da comunidade com os temas tratados na pesquisa. Dentre os documentos analisados, podemos observar que o Projeto Político Pedagógico traz, entre outras partes, a citada acima, que busca desenvolver no cidadão o senso crítico, levando-o a uma consciência de superação da situação atual, contribuindo para a formação do indivíduo.

Já no Regimento Interno, são mostradas algumas leis que trazem direitos para os alunos, citando o Estatuto da Criança e do Adolescente, Decreto Lei nº 1.044/69, que mostra direitos para portadores de afecções congênicas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinados distúrbios agudos ou agudizados e a lei nº 6.202/75 atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Além desses, também trata sobre a educação especial e a história da cultura africana e indígena.

E, por último, vemos o Guia de Aprendizagem (ver modelo em anexo I), que é um dos instrumentos de planejamento usados por todos os professores das Escolas Cidadãs integrais da Paraíba. Nele, o professor coloca todo o seu planejamento. O trecho exposto representa o planejamento de uma das professoras, e nele podemos ver que ela faz uma interdisciplinaridade do seu componente curricular com os direitos humanos, ajudando o aluno a reconhecer a importância dessa formação para uma melhoria social.

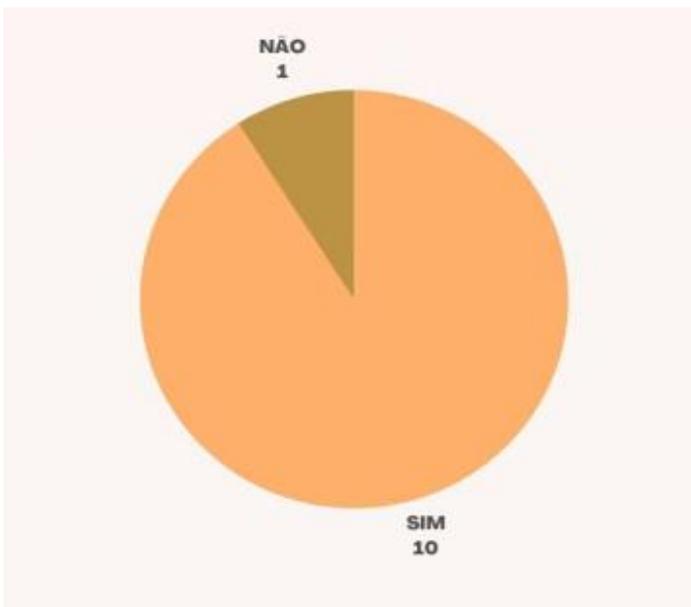
Quando perguntada sobre a vivência em seu cotidiano de temas voltados para os direitos humanos e sobre como é observada essa prática, a comunidade escolar acabou por reconhecer, tanto entre os professores, quanto entre alunos e gestão, que acontecem essas discussões no âmbito escolar. Vejamos os gráficos abaixo:

Gráfico 2: Respostas dos alunos em relação a vivência e a prática dos temas ligados aos direitos humanos na ECI Jocelyn Velloso Borges

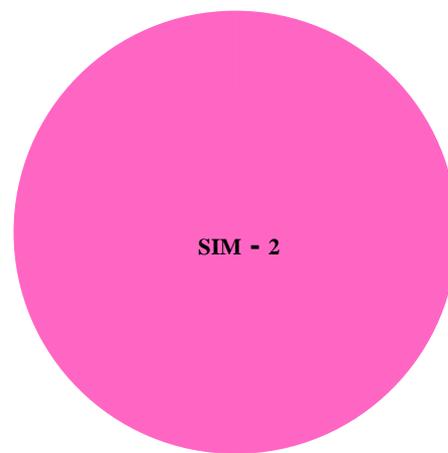


Fonte: dados da pesquisa, 2023

Gráficos 3 e 4: respostas dos professores e dos gestores em relação a vivência e a prática dos temas ligados aos direitos humanos na ECI Jocelyn Velloso Borges.



Fonte: dados da pesquisa, 2023



Entre os alunos: A maioria dos alunos reconhecem que a temática faz parte do cotidiano da escola, sempre citando o respeito entre as pessoas que existe na instituição. Outros falam que a escola propõe palestras e discussões sobre os direitos humanos, mas que o tema pode ser melhor trabalhado, apontando formas para alcançar essas melhorias, entre elas: palestras e formação de professores. Eles também citam a contribuição da gestão e dos professores nesse processo, não aparecendo a atuação dos alunos como protagonistas. Entre os alunos da 1ª série, três deles não entenderam a proposta da questão, logo não responderam como desejado.

Fala da aluna da 2ª série: *“Sim. Os professores abordam muitos assuntos sobre esse tema. A importância das pessoas saberem os seus direitos humanos”.*

Entre os professores: A grande maioria dos professores, assim como os alunos, reconhecem que as temáticas dos direitos humanos são vivenciadas e trabalhadas na instituição. Também reconhecem que as ações precisam ser ampliadas, e que boa parte delas são vivenciadas de forma particular e, muitas vezes, isoladas em algumas salas de aula, através dos esforços de alguns docentes. Um dos professores falou, o único entre os demais, que o diálogo, as estratégias e as práticas ainda são desconectadas da realidade escolar. A área de Ciências Humanas foi citada como a que mais aborda a temática, sendo assim, as demais áreas precisam avançar nessa discussão.

Fala de uma professora: *“Sim. Porém ainda existem poucas ações, a grande maioria são feitas dentro de sala, mas com o esforço de alguns professores esse tema é debatido”.*

Entre os gestores: Os gestores reconhecem a instituição citada como um lugar que vivencia em seu cotidiano a educação em direitos humanos, e que observa essa prática quando promove a igualdade, o diálogo, a empatia, a cooperação e a resolução de conflitos. Logo, eles entendem a necessidade de trabalhar essas temáticas como sendo o caminho certo para vivenciar os direitos e os deveres, assim como ocorreu nos demais grupos.

Fala de um dos gestores: *“Sim, buscando sempre promover a igualdade, o diálogo, empatia, cooperação, resolução de conflitos e acima de tudo respeito”.*

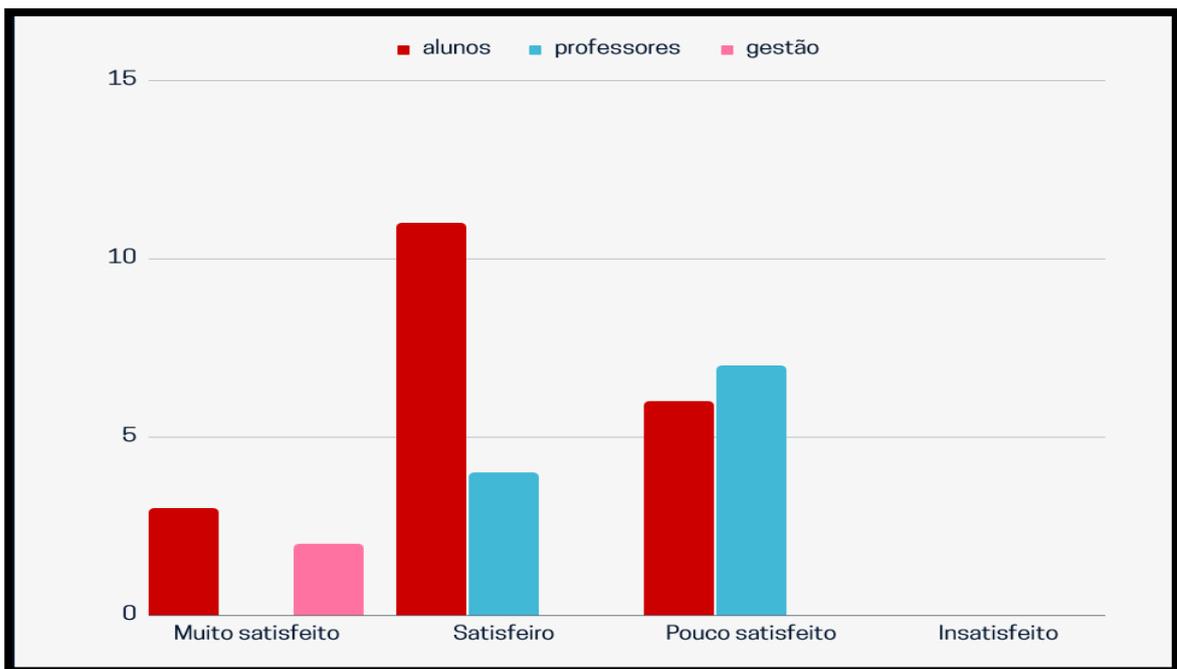
Em suma, os três grupos reconhecem a importância dos direitos humanos para a valorização das diversidades, a partir de suas identidades e culturas, contribuindo para a evolução na prática do respeito, que é conquista de direitos, tendo isso como indispensável na potencialização das capacidades dos alunos. Os grupos entendem que é preciso conhecer mais sobre o tema, para lutar pelos seus direitos, o que está relacionada diretamente a melhoria da convivência entre os seres e a sua qualidade de vida. Portanto, podemos observar que os documentos analisados apresentam textos que evidenciam a importância da educação pautada nos direitos humanos, como base para uma formação omnilateral, tratando o ser humano como um ser importante em sua individualidade, sempre destacando os princípios da cidadania.

5.3. Procedimentos metodológicos e ações interdisciplinares que visem à formação omnilateral do cidadão

A busca por uma formação omnilateral deve ser uma constante em nosso agir pedagógico. Para que isso ocorra, é indispensável a união de forças entre poder público, comunidade escolar, professores e demais agentes que constituem essa cadeia. Sendo assim, a opinião da comunidade sobre sua satisfação em relação as ações desenvolvidas pela escola, se faz importantíssima para o planejamento de futuras ações complementares.

Na indagação de número 5 do questionário, foi perguntado sobre o grau de satisfação com as ações desenvolvidas pela escola e que estão de acordo com a temática relacionada aos direitos humanos, e os quantitativos foram colocadas no Gráfico 5, vejamos:

Gráfico 5 – Nível de satisfação com as ações relacionadas aos direitos humanos desenvolvidas pela ECI Jocelyn Velloso Borges.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Entre os alunos: podemos analisar que a maior parte dos alunos (11) se sentem satisfeitos com essas ações, reconhecimento que a escola verdadeiramente as desenvolveu, mesmo em meio a todas as dificuldades. Seis outros sentiram-se pouco satisfeitos e três muito satisfeitos, ou seja, 70% deles sentem-se muito satisfeitos ou satisfeitos e 30% pouco satisfeitos. Nenhum aluno marcou a opção insatisfeito.

Fala de uma das alunas: *“Satisfeita. Porque professores e gestão sempre procuram o melhor e se dedicam bastante para o crescimento dos alunos”.*

Entre os professores: diferentemente dos alunos, a maioria dos professores, sete (7), se sentem pouco satisfeitos com essas ações, quatro (4) dentre eles se mostram satisfeitos com elas. Segundo eles, a escola poderia dar mais importância a temática, buscando inserir colaboradores nesse processo. Em média 64% estão pouco satisfeitos e 36% estão satisfeitos. Esses índices podem servir como mola propulsora para melhorias, a curto prazo e médio prazo.

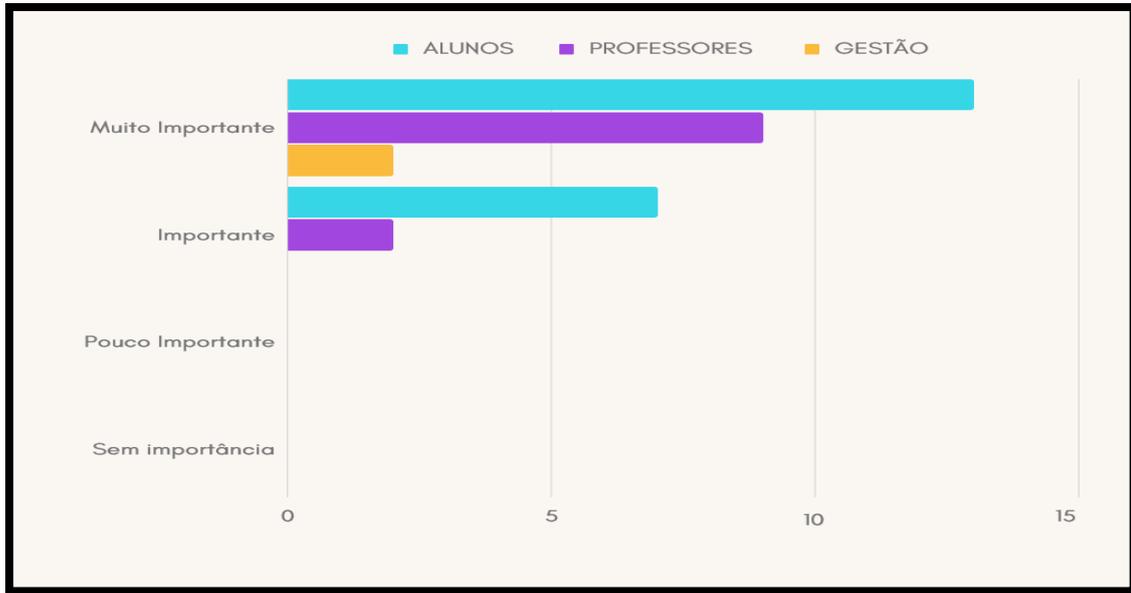
Fala de um dos professores: *“Procuramos executar da melhor forma possível para os nossos educandos”.*

Entre os gestores: A gestão escolar, assim como os alunos, se mostra muito satisfeita (100%) - com índices acima dos apresentados pelos alunos e muito acima dos professores - com as ações desenvolvidas pela escola. Eles relatam a satisfação no engajamento de todos, ou seja, reconhecem o trabalho dos docentes e a união de forças para que essas propostas possam ser desenvolvidas.

Fala de um dos gestores: *“É de extrema importância, pois orienta os discentes a tornar-se um sujeito com valores e que contribua para uma formação ética e cidadã”.*

No que diz respeito ao grau de importância da relação da educação em direitos humanos para uma formação omnilateral, a comunidade escolar teve a oportunidade de escolher entre as alternativas: muito importante, importante, pouco importante e sem importância. Os dados obtidos são apresentados no Gráfico 6:

Gráfico 6 - Grau de relevância da educação em direitos humanos para uma formação omnilateral.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ao observar o gráfico, podemos destacar que toda a comunidade escolar reconhece, sem ressalvas, a grande importância da educação em direitos humanos para uma formação integral do cidadão. E que nenhum dos grupos optou por pouco importante ou sem importância, sendo prova do seu entendimento e da sua necessidade de uma educação cidadã e que trabalhe com as diversas dimensões do ser. Vejamos por grupos:

Entre os alunos: entre este grupo (100%) considera muito importante e importante, sendo 65% muito importante e 35% importante. Nenhum deles escolheu a opção pouco importante ou sem importância, o que traz um grande significado para a temática na escola sendo, segundo eles, de extrema importância para a vida social e a formação de cidadãos.

Fala de um aluno: *“é importante pois um cidadão que não tem a mínima noção sobre os direitos humanos, podem ser capazes de cometer atrocidades”.*

Entre os professores: A grande maioria (82%) dos professores reconhecem como muito importante e isso para o perfil de uma cidadania plena, garantia de dignidade e integridade humana, formação crítica, descobertas de potenciais, reafirmando que a sua ausência afeta os menos favorecidos. Os outros 18% consideram importante. Esse grupo apresenta um percentual de muito importante, superior ao grupo dos alunos, isso talvez decorrente do tempo de

experiência vivenciada na sociedade, como profissional na escola e o grau de escolaridade (já que todos possuem graduação e a grande maioria pós-graduação).

Fala de um dos professores: *“a educação em direitos humanos é muito importante, porque sua ausência afeta os menos favorecidos. E uma democratização dessa educação garante uma melhor proteção dos menos favorecidos pela falta de compromisso dos nossos representantes”.*

Entre os gestores: a gestão considera muito importante a educação em direitos humanos para uma formação omnilateral (100%), isso porque *“orienta o discente a tornar-se um sujeito com valores e que contribua para uma formação ética e cidadão”* (Fala de um dos gestores). Há um reconhecimento que traduz a necessidade de mudança de formação humano, incentivando o discente para que seja formado com valores pautados nos direitos humanos. Logo, as respostas desse grupo seguiram a tendência dos demais vistos anteriormente, onde não foram escolhidas as opções, pouco importante ou sem importância.

Em suma, a comunidade escolar pode refletir sobre sua identidade, dificuldades e qualidades, isso opinando e discutindo através dos questionários, que nos trouxe um perfil mais estruturado do que é a realidade da ECI Jocelyn Velloso Borges. Essa escola se apresenta como uma instituição que possui um perfil alinhado aos direitos humanos, isso já foi apresentado acima, o que é tratado em seus documentos oficiais, mas também necessita de inúmeras melhorias em todos os âmbitos. Logo, é visível a relevância que a comunidade escolar atribui aos direitos humanos para uma formação omnilateral em uma escola de tempo integral.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer parte de uma sociedade com uma tão grande diversidade, torna-se um desafio, pois o desrespeito, a falta de empatia e a dificuldade em socializar os ideais de coletividade que andam de encontro com os valores neoliberais, são uma realidade concreta.

Nessa perspectiva, é necessário destacar os valores propostos pela educação em direitos humanos, como ponte para uma sociedade pautada em princípios menos segregativos e direcionadores de preceitos colaborativos.

A escola aparece como um dos lócus propagadores desses valores, que são fundamentados nos direitos humanos, propiciando a população da comunidade que se utilizam dos seus serviços, a oportunidade de crescimento socioeconômico e cultural.

A referida pesquisa trouxe consigo reflexões profundas que puxaram para o centro do debate os princípios agregados a escola cidadã integral, a educação em direitos humanos e a busca por uma formação omnilateral.

Dessa forma, pudemos ver na revisão bibliográfica a evolução da escola Integral no Brasil e a formação da escola cidadão e também seu crescimento e desenvolvimento na Paraíba. Foram apresentadas as influências dos ideais neoliberais no interior das escolas e nas políticas públicas que regem o sistema. E também a importância da educação em direitos humanos para uma formação omnilateral.

Portanto, a escola Jocelyn Velloso Borges foi lócus da pesquisa, em seu interior foi nítida a busca por meios que auxiliassem a introdução e propagação dos direitos humanos. Nela, a comunidade reconheceu que esses direitos são importantes para o seu desenvolvimento nos mais diversos âmbitos, identificando necessidade deles para uma formação omnilateral.

Entre as maiores urgências apontadas na pesquisa, aparecem: a busca por maior engajamento dos alunos no que diz respeito a temática tratada, melhoria na formação docente. Em relação as ações desenvolvidas na escola, alunos e gestores sentem-se satisfeitos com as elas, já professores se mostram pouco satisfeitos com essas ações. Todos os grupos pesquisados entendem como muito importante e importante a educação em direitos humanos para uma formação integral do cidadão.

Como resultados deste trabalho, nasceu um produto final, conhecido como guia didático/guia de aprendizagem, que tem como intuito dar notoriedade ao processo didático desenvolvido com toda a comunidade, sendo esse direcionado a buscar melhorias para às problemáticas apresentadas e contemplar os objetivos propostos. Grande parte dessas ações ganharam notoriedade através do Instituto Auschwitz no Brasil (link no guia didático).

Logo, propagar essas ideias é uma das principais recomendações, em uma realidade de total desrespeito aos direitos das pessoas. Se colocar no lugar de outrem e viver suas dores é também umas das estratégias vinculadas, com o intuito de trazer mudanças significativas nas ações, atitudes e alternativas para as dificuldades.

Entender o outro e intervir em sua realidade vislumbrando uma transformação, faz parte de uma proposta defendida por todos aqueles que cultivam a esperança em uma sociedade melhor. ESPERANÇAR deve ser uma das honrosas e internas atitudes, elas necessitam ser aradas, cultivadas, podadas, adubadas e por fim, os frutos são visíveis. Esse é o nosso incansável trabalho, trazer esperança a todos através da educação em direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Catarina de. Legalidade e Estado de direito na era do neoliberalismo. In: ALENCAR, Ana Catarina de. (org). **Estado e direitos no contexto de neoliberalismo**. Florianópolis: Habitus, 2020. p. 25-46.

APPLE, Michael W. **A Luta pela Democracia na Educação: Lições de realidades sociais.** / Michael W. Apple com Luís Armando Gandin, Shuning Liu, Assaf Mehulam e Eleni Schimer; tradução Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. 280p.

APPLE, Michael W. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade.** Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003

ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 65, p. 3-10, 1987.

BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. **Educação escolar brasileira: possibilidades e limites para uma formação de caráter omnilateral.** 2016. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Pelotas, Pelotas, 2016.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República; Ministério da Educação e Ministério da Justiça, UNESCO, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Câmara dos Deputados: Coordenação de publicação, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 971**, de 9 de outubro de 2009. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27/08/2022.

BRASIL. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional.** MEC: Brasília, 2009a. Série Mais Educação.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acessado em 27/08/22.

BRASIL. **Lei nº 7.044**, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27/08/2022.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27/08/2022.

BRASIL. **Lei nº 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27/08/2022.

BRASIL. **Lei nº 11.494/2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2007b. Acesso em: 27 Set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.1990, Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Lei 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27/08/2022.

BRASIL. **Lei 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27/08/2022.

BRASIL. **Lei 14.350**, de 25 de maio de 2022. Altera as Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni). Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27/08/2022

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2006/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação Disponível em: www.abmes.org.br/abmes/legislacoes/visualizar/id/220. Acesso em: 27 set. 2022.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n.1, p. 65-82, jan/jun, 2009.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Acesso set. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008100013&script=sci_abstract&tlng=pt

CÁSSIO, Fernando. Fiadores bilionários do “Novo” Ensino Médio procuram velhos culpados. **Carta Capital**, Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-bate-cabeca-dos-fiadores-bilionarios-do-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CÁSSIO, Fernando. ‘Rever’ a reforma do Ensino Médio é o mesmo que nada. **Carta Capital**, Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/rever-a-reforma-do-ensino-medio-e-o-mesmo-que-nada/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CELLARD, André. “A análise documental”. In: POUPART, J.; DELAURIERS, J.P.; GROULX, L.H.; LAPÈRIÈRE, A. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>

COSTA, M.I.S.; IANNI, A.M.Z. O conceito de cidadania. In: COSTA, M.I.S.; IANNI, A.M.Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, p. 43-73. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953-03.pdf>.

ECI JOCELYN VELLOSO BORGES. **Projeto Pedagógico Pedagógico**. São José dos Ramos, 2022.

ECI JOCELYN VELLOSO BORGES. **Regimento Interno**. São José dos Ramos, 2022.

ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL. **Escola cidadãs Integrais**. Governo da Paraíba, 2022. Disponível em: <https://sites.google.com/view/ecipb>. Acesso em: 30 set. 2022.

FARIAS, Sérgio Cunha. A lei 13.415/2017 e o lugar da geografia escolar na estrutura curricular do ensino médio. **Revista Ensino de Geografia**, v.3, n.2, p. 1-18, 2020.

FONTE, Sandra Soares Della Fonte. A Formação Humana em Debate. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 379-395, abr-jun, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/87zqkRwrghSXt67JhVpSzBg/?lang=pt&format=pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educar o cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? *Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, Fiocruz, v. 1, n. 1, março de 2003, p. 45-60.

G1 PARAÍBA. **Paraíba tem a 2ª maior proporção de alunos matriculados em tempo integral no ensino médio da rede pública**. G1 Paraíba, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/05/20/paraiba-tem-a-2a-maior-proporcao-de-alunos-matriculados-em-tempo-integral-no-ensino-medio-da-rede-publica.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Construindo a Escola Cidadã**. Salto para o futuro. Coleção Série de Estudos. Educação a distância. Brasília: MEC, 1998.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Eustáquio. **Escola Cidadã**: a hora da sociedade. Série de Estudos educação a distância. Construindo a Escola cidadã. Brasília: MEC, 1998. p. 23-30.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Decreto nº 36.408**, de 30 de novembro de 2015. Cria a Escola Cidadã Integral, institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba. João Pessoa, 1 dez. 2015

GOVERNO DA PARAÍBA. **Decreto nº 36.409**, de 30 de novembro de 2015. Cria a Escola Cidadã Integral, institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba. João Pessoa, 1 dez. 2015.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Escola cidadãs Integrais**. Governo da Paraíba, 2022. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/programas/escolas-cidadas-integrais-1>. Acesso em: 30 set. 2022.

GUERRA, Dhyovana; FIGUEIREDO, Irene Marilene Zago. Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). **Educ. Pesq**, São Paulo, p. 1-17, v.47, e231359, 2021.

ECI JOCELYN VELLOSO BORGES. **Guia de aprendizagem**. São José dos Ramos, 2022.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HAVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, Tradução, ago. 2007.

HAVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL. **IDEME**. 2013. Disponível em: https://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_sao-jose-dos-ramos_pb.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades@**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/itabaiana>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico do Estado da Paraíba**: Censo da Educação Básica 2019. Brasília: MEC, 2021.

JACCOUD, M., & MAYER, R. (2014). A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: Poupart, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes.

JOWN, Dewey. **Democracia e Educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. Estudo preliminar de Leonardo Van Acker. 4. Ed. Companhia Editora Nacional. 1979.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf>

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf/view>>

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.

MOURA, Dante Henrique. **A formação docente na educação profissional**. Coleção formação pedagógica. Curitiba. Ed. 1. Vol. 3, IFPR, 2014.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima; SILVA, Mônica Ribeiro. A Formação Humana em Debate. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080,

out-dez, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNCtcD9CvkMMxfq8NyQy/?lang=pt&format=pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos Da ONU**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. acesso em: 28 out 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, 1965. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br> . Acesso em: 28 out 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. 1966. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/2/civis.html> . Acesso em: 28 out 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1966. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_culturais.pdf. Acesso em: 28 out 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação Contra a mulher**. 1979. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm> Acesso em: 28 out 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 28 out 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1990. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf> . Acesso em: 28 out 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação de Viena**, 1993. Disponível em: [oas.org/dil/port/1993%20Declaração%20e%20Programa%20de%20Ação%20adoptado%20pela%20Conferência%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf](https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declaração%20e%20Programa%20de%20Ação%20adoptado%20pela%20Conferência%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf) Acesso em: 28 out 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara_o_de_Salamanca_15226886560741_7091.pdf Acesso em: 28 out 2022

PARAÍBA. **Lei nº 11.100**, de 6 de abril de 2018. Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais. Diário Oficial do Estado da Paraíba, Paraíba, 12 abr. 2018. Seção 1, p. 1-3.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SAVIANI, D. **A Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy.. Educação em Direitos Humanos e Currículo. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos**. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

UNESCO. **Plano de Ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**. Primeira Etapa. Nova York e Genebra, 2006.

UNESCO. **Plano de Ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**. segunda Etapa. Nova York e Genebra, 2012.

UNESCO. **Plano de Ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**. terceira Etapa. Nova York e Genebra, 2015.

UNESCO. **Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos – PMEDH**. Nova York e Genebra, 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000217350_por Acesso em 20 out 2021.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

APÊNDICES

Apêndice I: Questionário aplicado aos participantes da pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

NOME:

ATUAÇÃO: () ESTUDANTE () PROFESSOR () GESTÃO ESCOLAR

1 – A Escola cidadã Integral Jocelyn Veloso Borges pode ser considerada uma instituição que vivencia em seu cotidiano temas voltados para os direitos humanos? Como você observa essa prática?

2 – Porque é importante que as temáticas sobre direitos humanos sejam vivenciadas pela comunidade escolar da Escola Cidadão Integral Jocelyn Velloso Borges (alunos, professores, funcionários, gestão, pais de alunos e os demais)?

3 - Quais as principais dificuldades encontradas na Escola Cidadã Integral Jocellyn Velloso Borges que atrapalham a propagação de uma educação fundamentada nos direitos humanos que auxiliam para uma formação integral do cidadão?

4 – O que pode ser feito para melhorar as questões ligadas aos direitos humanos na escola?
(pode marcar mais de uma alternativa)

- Cursos de formação de professores
- Incentivar novas metodologias para serem usadas pelos professores
- Palestras com pessoas ligadas a área
- Novas políticas públicas direcionadas para o interior da escola
- Mobilizações proporcionada pela comunidade escolar
- Maior engajamento da gestão escolar
- Maior participação dos alunos em ações ligadas aos direitos humanos

Comentários: _____

5 – Qual o seu grau de satisfação com as ações desenvolvidas pela escola e que estão de acordo com a temática ligada aos direitos humanos?

- Muito Satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

Comentários: _____

6 – Levando em consideração a educação em direitos humanos e a formação integral do cidadão (omnilateral - abrangendo a sensibilidade artística, científica, política, profissional, técnica, física, emocional, os sentidos – visão, olfato, paladar, tato e audição, entre outras) qual o grau de importância da educação em direitos humanos para essa formação?

() Muito importante

() Importante

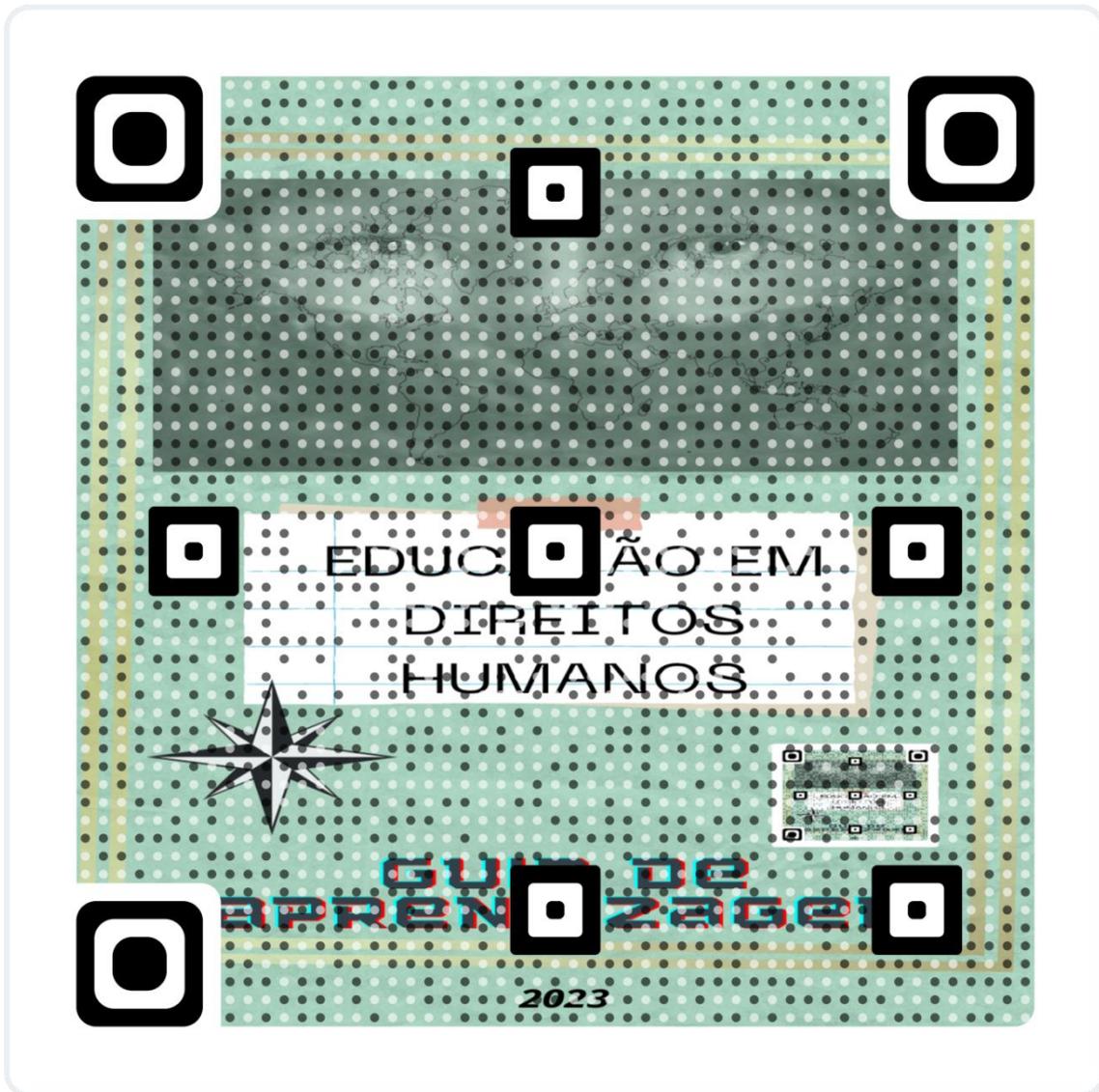
() Pouco importante

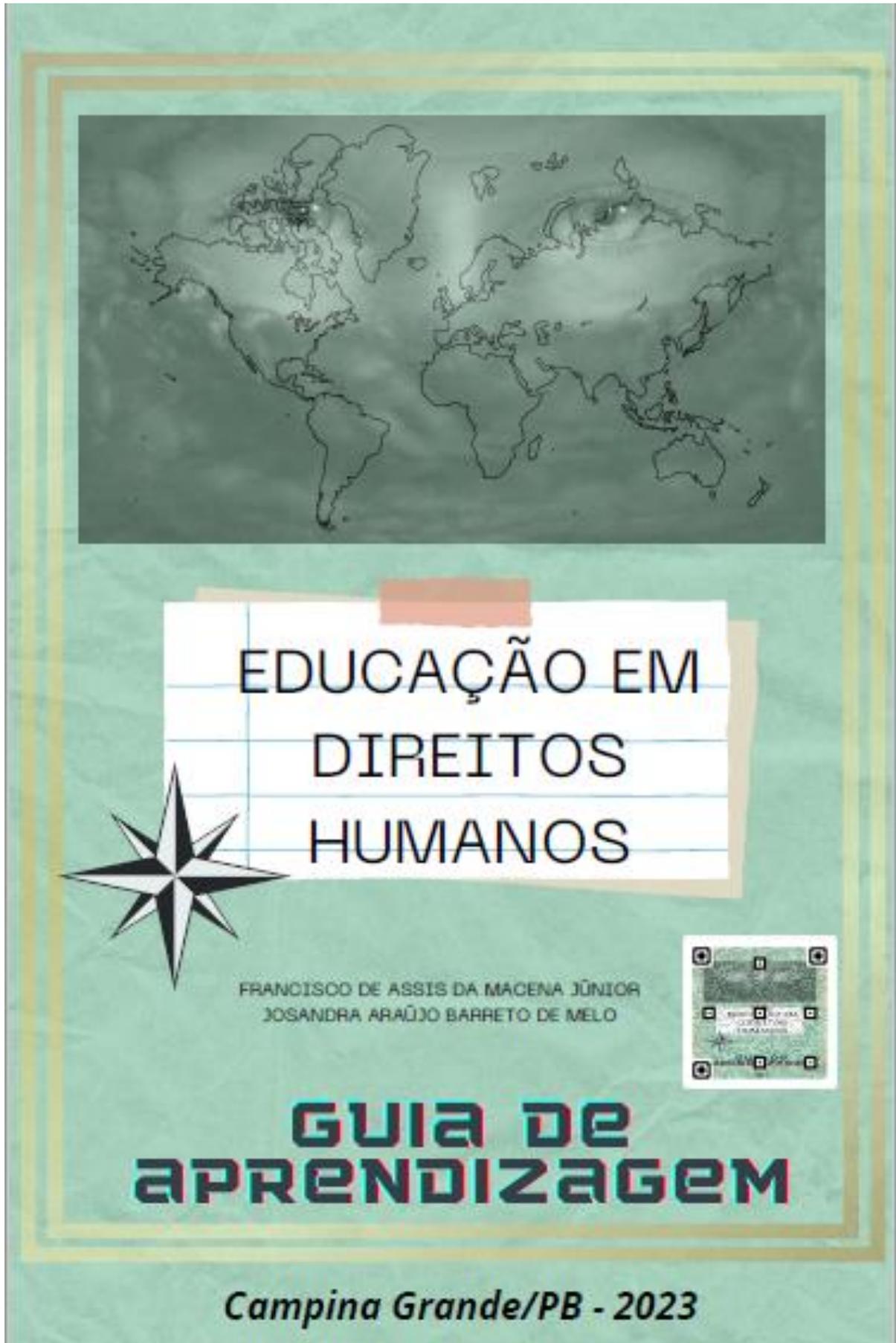
() Sem importância

Comentários (importante justificar):

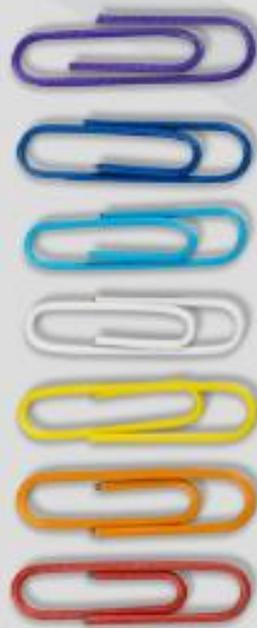
Apêndice II: Guia didático: Link e QR CODE

https://www.canva.com/design/DAFT_J6dGG0/H1kjzTING953RZ77zyickQ/view?utm_content=DAFT_J6dGG0&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=publishsharelink





PERCURSO PEDAGÓGICO



4 - DICAS DE PROFESSOR PARA PROFESSOR

5 - NÓS NA PRÁTICA - PROTAGONISMO JUVENIL

7 - GESTÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM FOCO

9 - O PROFESSOR E SUAS ARTES

11 - DESPEDIDAS DOCENTES

INDICAÇÕES EDUCATIVAS

ORGANIZADORES



“o homem é um ser que desse ser ‘educado’ pela sociedade. A educação para a cidadania constituiu uma das dimensões fundamentais para a efetivação dos direitos [...]” Ou seja, não existe efetivação dos direitos humanos sem uma educação em/para os direitos humanos. (FERREIRA e TOSI, 2014, p. 43)

Em todo esse percurso, a Cultura dos Direitos Humanos foi se consolidando como uma visão de mundo muito além da perspectiva jurídico-política formal do momento de sua fundação. Tornou-se uma perspectiva multidimensional, pois que essa multidimensionalidade se inscreve no próprio ser humano; e transversal, pois permeabiliza os mais diversos campos das atividades humanas. (SILVEIRA, 2014, p.79)

Gadotti e Romão (1998, p.18) traz uma reflexão sobre A ESCOLA CIDADÃ e expõe que: “precisamos de métodos democráticos, de efetivo exercício da democracia. A democracia é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho”.

EDUCAÇÃO INTEGRAL - Já Arroyo (1987) define como sendo uma experiência educativa total, seja no tempo, em seus espaços e que é transformadora no que diz respeito a personalidade.

“omnilateralidade é, portanto, a chegada do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais os trabalhadores tem estado excluídos em consequência da divisão do trabalho”. (MANACORDA, 2017, p. 90).



Nós na prática

Tema: A guerra na Ucrânia

Conteúdo: Conflitos no mundo

Turmas participantes: 3ª série

Objetivo: produzir um documentário através da leitura e reflexão da realidade sociocultural e econômica da Ucrânia, tendo como base o poema "guerra" de Augusto dos Anjos, levando em consideração o não cumprimento dos direitos humanos.

Recursos: folhas de ofício, impressora, ônibus, celular, computador.

Avaliação: contínua. Levando em consideração a participação e a produção dos alunos.

PASSO A PASSO (METODOLOGIA)

I ETAPA

- Apresentação expositiva e dialogada sobre a temática versada, observação do poema "Guerra" de Augusto dos Anjos e biografia do autor.

II ETAPA

- Observação da localização, da geografia e da situação atual da Rússia e da Ucrânia através de reportagens veiculadas na mídia; leitura das reportagens seguida por discussões.

III ETAPA

Estudo sobre a Declaração universal dos Direitos Humanos, relacionando as atrocidades que ocorrem na guerra, seguido pela escolha dos principais artigos do documento que foram infringidos na guerra (escolhidos pelos alunos).

IV ETAPA

- Visita ao memorial Augusto dos Anjos na cidade de Sapé-PB

V Etapa

- Ensaio e produção de textos para iniciar as filmagens (roteiro)

VI Etapa

- Filmagens nos ambientes da escola.

VII ETAPA

- Edição no canva

VIII ETAPA

- Socialização do vídeo para a escola, através do whatsapp e demais redes sociais

LINK DO VÍDEO:

<https://youtu.be/j7Y1F74PyWI>



**PROTAGONISMO
JUVENIL**

III ETAPA

Tema: Democracia na escola
Conteúdo: Nível de desenvolvimento das nações
Turmas participantes: 2ª e 3ª séries
Objetivo: fomentar o debate sobre temáticas importantes e ligadas aos direitos humanos, sendo essas temáticas escolhidas pelos alunos, juntamente com os acordos que orientam o debate.
Recursos: folhas de ofício, impressora, cola, celular, caixa de som, microfone, internet.
Avaliação: contínua. Levando em consideração a participação, o entrosamento e os exercícios escritos que foram propostos.

IV ETAPA

• Exercícios escritos sobre as temáticas tratadas.

LINK DO VÍDEO:
<https://youtube.com/shorts/aiP2tLQ21hE?feature=share>
 Site: Instituto Auschwitz:
<https://sites.google.com/auschwitzinstitute.org/festival-de-artes-2022/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0>

PASSO A PASSO (METODOLOGIA)

I ETAPA

• Discutir sobre o nível de desenvolvimento dos países, observando os graus de democracia que aparecem em cada um deles, conforme o seu desenvolvimento.

II ETAPA

• Discutir sobre a democracia e suas relações com os direitos humanos. Nessa etapa os alunos trouxeram uma proposta de um debate com as demais salas. As temáticas foram escolhidas por ELES - (aborto, porte de armas, xenofobia, racismo, legalização da maconha, entre outros) - divididas por cada um que desejasse falar. Também foram feitos acordos e tempos para a fala e a réplica. O professor orientou para que cada aluno estudasse o tema que ele escolheu.



DEMOCRACIA NA ESCOLA

UMA ASSOCIAÇÃO TEMERÁRIA E APRENDIZADO: RENOVAR TEMPO, ATIVIDADES E PRÁTICAS ESCOLARES







PROTAGONISMO JUVENIL



6

Tema: Língua Brasileira de Sinais

Grupos Participantes: Professores, gestão escolar e alunos.

Objetivo: Desenvolver a cultura das libras na comunidade escolar.

Recursos: Papel ofício, impressora, caixa de som, microfone, TV, computador, psicopedagoga.

Avaliação: contínua e prática, levando em consideração a participação e o entrosamento da comunidade.

PASSO A PASSO (METODOLOGIA)

I ETAPA

- Reunião do coordenador da área de humanas com os demais professores da área, para alinhar algumas ações sobre a difusão da Língua Brasileira de Sinais. Nessa reunião decidiu-se sobre o convite a uma profissional da área e da organização de um acolhimento temático com os alunos. Todas as decisões foram levadas ao coordenador pedagógico.

II ETAPA

- Acolhimento no portão da escola onde o coordenador de área, juntamente com os professores da área de humanas, alguns alunos e toda a equipe escolar receberam os demais com um bom dia em libras e com cartazes que mostravam alguns sinais. Todos receberam uma folha que mostravam alguns sinais.

III ETAPA

- Palestra e exercícios práticos, com uma psicopedagoga convidada e que trabalha com surdos. Alunos, professores, trio gestor e demais pessoas, tiveram a oportunidade de discutir sobre a Língua Brasileira de Sinais, auxiliando a comunidade a abrir-se para novas discussões.

LINK DO VÍDEO: <https://youtu.be/PEsX4AqF7IM>



**GESTÃO E
COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA
EM FOCO**

Tema: Educação Inclusiva

Grupos Participantes: Professores das diversas áreas do conhecimento.

Objetivo: Discutir sobre a temática da educação inclusiva.

Recursos: Papel ofício, impressora, TV, computador.

Avaliação: contínua, levando em consideração a participação e a discussão entre os profissionais.

PASSO A PASSO (METODOLOGIA)

I ETAPA

- Planejamento pela coordenador de área. Organização da pauta, escolha do material impresso, escolha de um vídeo sobre inclusão. vídeo usado: <https://youtu.be/jYSXJMyp-Tc> - Os desafios da surdo-cegueira.

II ETAPA

- Reunião de formação continuada. Diálogos sobre o que é educação inclusiva, exemplos sobre pessoas com deficiência na escola, observação do vídeo, leitura e reflexão do texto, seguido por debate.



**GESTÃO E
COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA
EM FOCO**

Tema: Direitos Humanos

Conteúdo: Geografia: cidadania, cidadão e Declaração universal dos Direitos Humanos

Turmas participantes: 1ª série

Objetivo: Estabelecer uma relação de viés prático entre o cotidiano do aluno e os direitos humanos, através de jogos (memória e trilha) pautados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Recursos: livros, papel cartão, impressora, máquina de plastificar, E.V.A, furador de papel, pasta AZ lombada larga.

Avaliação: contínua e prática, levando em consideração a participação e o entrosamento dos participantes.

PASSO A PASSO (METODOLOGIA)

I ETAPA

- Colocar o título no quadro;
- Questionar os alunos sobre o que são os direitos humanos;
- Observar uma foto que retrata uma mulher em condições desumanas de trabalho e questionar quais os direitos estão sendo infringidos, instigando a discussão.
- Fazer uma leitura alternada do texto;

atividade

1. Qual a importância dos direitos humanos?
2. Onde estão os direitos humanos em nosso país?
3. Como os direitos humanos são refletidos em nosso dia a dia?

II ETAPA

- Sala em círculo;
- Relembrar o que foi falado na aula anterior;
- Apresentar a DUDH e seus 30 artigos;
- Mostrar as três gerações dos direitos humanos;
- Entregar a alguns alunos artigos da DUDH e pedir que eles venham até a frente e fale sobre eles, dando sua opinião;
- os artigos que os alunos têm em mãos, viram ao mesmo tempo um jogo da memória;
- Os artigos são colocados no chão da sala e dois alunos se dispõem a jogar. (jogo desenvolvido pelo professor).

III ETAPA

- O professor apresenta fotos de pessoas que lutam e lutaram em prol dos direitos humanos, entre eles: Malala, Martin Luther King, Nelson Mandela, Zilda Arns, Kailash Satyarthi;
- Falar um pouco de cada um deles, perguntando se os alunos os conhecem;
- Debater sobre suas atuações.

IV ETAPA

- Sala em círculo;
- montagem do jogo de trilha no chão (jogo desenvolvido pelo professor);
- dupla de alunos disposta a jogar;
- desenvolvimento do jogo.

OBS: OS JOGOS QUANDO NÃO UTILIZADOS FORMAM UM GRANDE LIVRO COM INFORMAÇÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS.

LINK DOS VÍDEOS:

- 1 - https://youtu.be/kKM_yda8C8Q
- 2 - <https://youtube.com/shorts/GV1SIOFb9Cs?feature=share>
- 3 - https://youtube.com/shorts/pp_cka6V2VY?feature=share
- 4 - <https://youtube.com/shorts/gr0mokVSQYg?feature=share>



**O PROFESSOR
E SUAS ARTES**

Tema: Racismo

Conteúdo: Racismo e violência contra negros no Brasil e no mundo.

Turmas participantes: 1ª série; 2ª série e 3ª série

Objetivo: Analisar sobre as principais causas e consequências do racismo, juntamente com a escalada da violência contra negros no Brasil e no mundo, através da produção de vídeo aulas pelo professor.

Recursos: TV, celular, internet, folhas de ofício.

Avaliação: contínua e prática, levando em consideração a participação e o entrosamento dos participantes.

PASSO A PASSO (METODOLOGIA)

I ETAPA

- Pesquisa pelo professor sobre o conteúdo abordado e organização do roteiro objetivando a produção de vídeo aulas.

II ETAPA

- Organização dos slides

III ETAPA

- Escolha do cenário e filmagens das vídeo aulas.

IV ETAPA

- Edição dos slides e das filmagens no programa Kine Master

V ETAPA

- Discussão sobre racismo em sala de aula com os alunos e apresentação das vídeo aulas. Propagação das vídeo aulas nos WhatsApp das turmas e demais redes sociais.

VI ETAPA

- Exercícios escritos - questões aparecem no final do vídeo. Discussões sobre as questões.

LINK DOS VÍDEOS:

1 - <https://youtu.be/QD6PDfmEVuk>

2 - <https://youtu.be/rpUJzPjFO0o>



Despedidas docentes



Ao terminar nosso percurso, podemos respirar mais profundamente e ter uma consciência mais tranquila, no que diz respeito às contribuições ofertadas para disseminação da educação em direitos humanos e ao trabalho desenvolvido no interior das nossas escolas.

É dentro de cada uma delas onde muitas histórias se passam, e que nós, sejamos professores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as) e/ou gestores(as) participamos delas, como atores que podem contribuir para a transformação de vidas e melhorias de realidades.

Dessa forma, somos tomados de alegria e de um sentimento de dever cumprido, olhando para o nosso redor e vendo que nossa contribuição foi dada e algumas pequenas sementes foram plantadas, sendo alguns frutos já visíveis.

Nossa eterna gratidão a toda equipe da ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOCELYN VELLOSO BORGES, que de forma bastante hospitaleira aceitou participar de todas as etapas desse processo, aos colegas professores que não mediram esforços em ajudar, a coordenação pedagógica que mergulhou em cada uma dessas etapas, dando o seu melhor e também a gestão escolar pelo apoio. Aos alunos, posso chamá-los de grandes protagonistas, sempre receberam bem as novas metodologias e apoiaram as discussões em cada aula. A minha orientadora, companheira e amiga, meus muitos agradecimentos, sua ajuda foi indispensável e extremamente relevante.

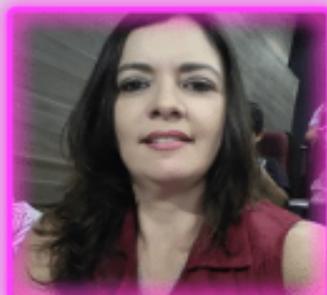
Espero que em qualquer lugar do mundo, onde um colega de profissão usar esse material didático, ele seja tão feliz e realizado quanto eu fui na ECI Jocelyn Velloso Borges. Desejo muitas conquistas a todos.

ABRAÇOS.





Mestrando em Formação de Professores pela (UEPB), possui graduação em geografia pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialização em Supervisão e Orientação Educacional pela Faculdade de Timbaúba-PE e em Educação para os Direitos Humanos pela UFPB . Atualmente é professor efetivo da disciplina de geografia na Escola Cidadã Integral Jocelyn Veloso Borges no município de São Jose dos Ramos-PB e coordenador da área de humanas nessa instituição. Atuando na educação básica há mais de 15 anos. Também faz parte do Grupo de Pesquisa Ensino de Geografia, cadastrado no CNPq.



Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (1999), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba (2002) e Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (2010). Atualmente, é Professora Associada e responde pela Chefia do Departamento de Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, atuando na área de formação de professores para a educação básica, através das disciplinas de Metodologia do Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado, respondendo pela Coordenação desta área no âmbito departamental. É Professora Permanente no Mestrado Profissional em Formação de Professores/UEPB e Professora Colaboradora no Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede - PROFGEO. É líder do Grupo de Pesquisa Ensino de Geografia, cadastrado no CNPq. Atua preferencialmente nas áreas de educação geográfica, discutindo questões teóricas e metodológicas do ensino de Geografia. Também atua na área de Educação, Planejamento e Gestão Ambiental.

ANEXOS

Anexo I – Guia de aprendizagem

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA
CIÊNCIA E TECNOLOGIAGOVERNO
DA PARAÍBAGERÊNCIA REGIONAL
DE ENSINO

GUIA DE APRENDIZAGEM	Série	2º	Etapa	Médio	Ano letivo	2022
----------------------	-------	----	-------	-------	------------	------

Escola Cidadã Integral Estadual Jocelyn Velloso Borges

PROFESSOR	COMPONENTE 2º CURRICULAR	BIMESTRE – PERÍODO
Maria das Neves de Souza Chaves	Sociologia	4º bimestre 11/10 a 23 /12

JUSTIFICATIVA DA UNIDADE

Falar em democracia e em direitos humanos tem se mostrado como uma necessidade cada vez mais eminente em nossa sociedade, pois constantemente é possível se deparar com situações graves que infringem esses direitos.

Os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática ao tentarem possibilitar a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos. Os primeiros movimentos sociais visavam resolver os problemas de classes sociais e políticos, como a ampliação do direito ao voto. Todos os conteúdos estão relacionados a propulsão em matemática, língua portuguesa e educação em direitos humanos.

ATIVIDADES PRÉVIAS	ATIVIDADES DIDÁTICAS – CONTEÚDO
<ul style="list-style-type: none"> - Debates e roda de conversa; - Sondagem: aula dialogada, leitura de textos; - Dinâmica 	1- Democracia, cidadania e direitos humanos 1.1 Cidadania e direitos humanos 1.2 Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil 2- Movimentos Sociais 2.1 Movimentos sociais como fenômenos históricos 2.2 Características estruturais dos movimentos sociais 2.3 Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais.
FONTES E REFERÊNCIAS PARA O ESTUDANTE SILVA, Afrânio et al. Sociologia em movimento. São Paulo: Moderna, 2016. CIDADANIA E DIREITOS: RESUMO DE SOCIOLOGIA PARA ... YouTube · Curso Enem Gratuito 19 de ago. de 2021 Movimentos sociais https://www.youtube.com/results?search_query=movimentos+sociais	Relações com propulsão (língua portuguesa) H01- Identificar a finalidade de um texto; H02- Identificar os elementos que constituem a organização dos gêneros textuais (textos escritos e multissemióticos). Relações com propulsão (Matemática) H01- Identificar, comparar e representar números reais além de resolver situações - problemas que envolvam operações com números reais.



DO PROFESSOR	
<p>SILVA, Afrânio et al. Sociologia em movimento. São Paulo: Moderna, 2016.</p> <p>Aprenda tudo sobre Direitos Humanos e Cidadania! - Beduka https://beduka.com › blog › matérias</p> <p>Movimentos sociais: o que são, objetivos, exemplos https://brasilecola.uol.com.br › Sociologia</p> <p>Movimentos Sociais - Toda Matéria https://www.todamateria.com.br › Sociologia</p>	
ATIVIDADES AUTODIDÁTICAS	
<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas individuais; - Leitura coletivas e individuais; - Construção de Mapa Mental; - Resolução de atividades; 	
ATIVIDADES DIDÁTICO-COOPERATIVAS	TEMAS TRANSVERSAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas realizada em grupo; - Atividade de leitura e interpretação; - Pesquisa. - Leitura compartilhada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ética - Respeito
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	VALORES
<ul style="list-style-type: none"> - Exposição oral dos conteúdos trabalhados individualmente e por equipe; - Resolução de exercícios; - Revisão dos conteúdos necessários; - Debate em sala de aula. 	<p>Solidariedade Igualdade</p>
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS



- Desempenho das avaliações semanais;
- Realização das atividades propostas;
- Participação ativa nas discussões durante as aulas;
- Desempenho nos simulados.

- Analisar de que maneira as mudanças na concepção de cidadania são fundamentais para a luta pela institucionalização dos direitos humanos;
- Compreender que os direitos de cidadania são conquistas historicamente construídas e que a participação política é indispensável para a ampliação desses direitos;
- Demonstrar atitudes de respeito à diferentes manifestações culturais.
- Definir o conceito de movimento social
 - Conhecer o processo de surgimento dos movimentos sociais
 - Reconhecer as transformações sociais ocorridas após o surgimento dos movimentos sociais
 - Compreender que os movimentos sociais são manifestações coletivas com estruturas e características próprias
 - Identificar os tipos de movimentos sociais existentes
 - Refletir sobre a identidade e os objetivos presentes nos movimentos sociais

Anexo II – Programa de Ação

PROGRAMA DE AÇÃO - 2022		
Instituição:	ECI- JOCELYN VELLOSO BORGES	
Função:	PROFESSORA DE HISTÓRIA/PROJETO DE VIDA	Data: 02/02/2022
Ocupante:	MARIA DO CARMO DA SILVA BRITO	
① INTRODUÇÃO		
<p>Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Pós-Graduada "LATU SENSO" em História do Brasil e Paraíba pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP). Concluiu o curso GOOGLE CLASSROOM e ENSINO HÍBRIDO PB, para gestão de atividades no regime especial de ensino ofertado pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia-SEECT. Atua na área da educação desde 2009, nesta instituição de ensino lecionando a disciplina de História e os demais curriculares das Ciências Humanas. Visando o novo modelo de educação ofertado pela ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOCELYN VELLOSO BORGES, com ênfase no jovem e seu Projeto de Vida, me comprometo a contribuir com um ensino de qualidade, com responsabilidade e compromisso, formando assim, jovens autônomos, solidários e competentes, buscando torna-los PROTAGONISTAS de sua própria história. Podendo auxiliar através da educação e da proposta do novo ensino médio, na construção de seu Projeto de Vida. Como professora de História e Projeto de Vida, busco lecionar de forma colaborativa com os demais professores desta instituição de ensino, oportunizando diálogos interdisciplinares para compartilhar experiências e propor estratégias que correspondam as demandas da educação nesse modelo integral com adequação ao modelo remoto/híbrido. Alinhado ao Programa de Ação da escola, buscando atingir metas e atender às necessidades vigentes, bem como, desenvolver ações significativas direcionadas aos estudantes, direcionando-os a um futuro promissor à partir da construção do seu Projeto de Vida.</p>		

② Indicadores & Metas pactuadas		
Indicadores do Plano de Ação	Indicadores da minha área de atuação (Gestor, CP, CAF ou Professor)	Metas
Taxa de reprovação	Manter linearidade, consonância e alinhamento com	< 8%
Média geral escolar	Desenvolver ações em conjunto com os demais	> 8,0
Porcentual de médias < 5,0	Inovação e aplicação de práticas de ensino-	< 7%
Taxa de frequência	Registro de presença e monitoramento dos	> 85%

③ Enfoque
ENFOQUES DO GESTOR, CP, CAF ou PROFESSOR
<p>Elaboração e incorporação do conteúdo curricular de História nas atividades da parte diversificada; Aplicação efetiva dos conteúdos publicados nos guias de Aprendizagem; Promover atividades dinâmicas que enriqueça os conteúdos, bem como, desenvolver no aluno o protagonismo juvenil, os ajudando na sua própria formação como pessoas autônomas, solidárias e competentes; Implementação de estratégias e gerar meios que possam ampliar a capacidade do estudante de se tornarem críticos e elaborar hipóteses com base e análise de dados extraídos de fontes e fatos históricos; Promover aulas extras em horários alternativos para auxiliar os discentes em suas atividades, buscando melhorar seu aprendizado e desempenho escolar; Ações conjuntas com os docentes da área de Humanas relativas as necessidades relacionadas a utilização do livro didático integrado e o no ensino médio.</p>

④ Ações e prazos

AÇÕES DO GESTOR, CP, CAF ou PROFESSOR	PRAZOS
Palestra: Dia internacional da Mulher	08/03/2022
Prepara ENEM (aulão)	13,14 e 15/04/2022
Miniprojeto Povos Indígenas: história, cultura e lutas	19/04/2022
Miniprojeto Museu virtual- Tema : Inconfidência Mineira	21/04/2022

⑤ Atribuições e atividades - LEI 11.100 de 11 de Abril de 2018 (e outra, caso necessário)

ENQUANTO GESTOR, CP, CAF ou PROFESSOR
I-Organizar, planejar e executar as tarefas institucionais de forma colaborativa e cooperativa visando ao cumprimento do plano de ação da Escola;

II-Participar do planejamento de área, que ocorrerá em dia determinado por diretriz da Secretaria de Estado da Educação;
III-Produzir material didático-pedagógico na área de atuação e na conformidade do modelo pedagógico próprio da ECI Jocelyn Velloso Borges;
IV-Atuar em atividades de tutoria aos estudantes;
V-Auxiliar no desenvolvimento das atividades propostas pela escola, principalmente as que envolvam a área de Humanas;
VI-Auxiliar, a critério do Diretor e conforme diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, nas atividades de VI-orientação técnico-pedagógicas desenvolvidas no âmbito da escola;

⑥ Competências a desenvolver

Conhecimentos e Habilidades:
Aplicar novas metodologias afim de criar condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa, discursiva, reflexiva e sua capacidade de opinar em diferentes situações e práticas sociais;
Formação continuada da área de atuação, no caso, Ciências Humanas.
Aprofundamento dos fundamentos, princípios metodológicos instrumentos e práticas aplicadas no modelo da escola;
Atitudes:
Compromisso com a qualidade do ensino e aprendizagem do aluno;
Proatividade e agilidade nas entregas de material, dessa forma, evitando eventuais cobranças;
Envolvimento na promoção de práticas pedagógicas que contribuam para a construção do protagonismo do educando,

⑦ Alinhamento

Enquanto Gestor, CP, CAF ou Professor
Alinhamento com os professores da área quanto às especificidades de Humanas; Alinhamento com os demais professores da área quanto aos conteúdos e ações em comum entre as disciplinas de Ciências Humanas; Alinhamento com os demais professores quanto às ações interdisciplinares; Alinhamento com coordenadores e gestão quanto ao andamento pedagógico da escola.

8) Substituto(s)**Enquanto Gestor, CP, CAF ou Professor****Junior da Macena(Professor de Geografia e coordenador de área);****Leyson da Penha Nascimento(Professor de Matemática);****Alisson Cândido da Silva (Professor de Língua Portuguesa).****9) Fatores críticos de apoio****Enquanto Gestor, CP, CAF ou Professor****Ausência dos professores de Física e Educação Física;Climatização das salas de aula; Reforma da escola;
Recursos tecnológicos(audiovisuais) e didáticos para auxiliar no estudo dos curriculares das Ciências Humanas;**